

**Estágio na Direcção-Geral de Arquivos: A concepção de uma exposição  
sobre a Guerra do Ultramar e a sua valorização num contexto  
educativo**

**Sofia Manuela Ribeiro Vaz**

**Relatório**

**de Estágio de Mestrado em Ciências da Informação e Documentação  
Vertente Arquivística**

**Março, 2012**

**Estágio na Direcção Geral de Arquivos: A concepção de uma exposição  
sobre a Guerra do Ultramar e a sua valorização num contexto  
educativo**

**Sofia Manuela Ribeiro Vaz**

**Relatório**

**de Estágio de Mestrado em Ciências da Informação e Documentação  
Vertente Arquivística**

**Março, 2012**

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e Documentação realizado sob a orientação científica da professora Doutora Maria de Lurdes Rosa

Co-orientador:

Mestre Pedro Penteado

Orientador Local de Estágio:

Dra. Lurdes Henriques

*Aos meus pais.*

*Pois não existe maior amor do que aquele que nos permite voar.*

## **AGRADECIMENTOS**

Um agradecimento especial ao Dr. Pedro Penteado pela sua orientação, incentivo, apoio e disponibilidade. Agradeço também à Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria de Lurdes Rosa pela orientação e revisão do Relatório, à Dr.<sup>a</sup> Lurdes Henriques da DGARQ pela orientação e pelas explicações esclarecedoras sobre o serviço educativo e permitir o acesso a todas as informações necessárias para a realização do trabalho.

Aos meus pais, irmão, cunhada e sobrinho, por todo o apoio, paciência e por me deixarem seguir os meus sonhos.

Aos meus amigos Maria João, Elsa, Paulo e Marta, por terem estado presentes nos momentos de solidão e por me darem a conhecer a capital lisboeta, pelo apoio e amizade.

**ESTÁGIO NA DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS: A CONCEPÇÃO DE UMA EXPOSIÇÃO  
SOBRE A GUERRA DO ULTRAMAR E A SUA VALORIZAÇÃO NUM CONTEXTO  
EDUCATIVO**

**Sofia Manuela Ribeiro Vaz**

**RESUMO**

Os arquivos não são apenas espaços onde os documentos estão conservados e guardados. A sua dimensão social e cultural faz com que o seu principal objectivo seja a difusão da informação que está à sua guarda.

De entre as várias formas de difusão o presente texto, no âmbito do estágio do Mestrado em Ciências da Informação e Documentação no ramo dos Arquivos, aborda a das exposições e a dos serviços educativos.

As exposições são uma forma de difusão mais tradicional, aquela que as instituições de arquivo utilizam para dar a conhecer os documentos que se encontram à sua guarda, para comunicar com a sociedade em que está inserido.

Quanto aos serviços educativos, estes são de facto uma das formas de difusão que lentamente tem marcado presença nos arquivos portugueses. Com este trabalho tentamos demonstrar que este serviço tem grandes potencialidades na formação do cidadão através da aproximação com o sistema educativo nacional, e no estreitamento da relação entre os documentos e o mundo exterior ao contribuir para a criação de novas formas de contacto entre as duas partes.

Numa sociedade cada vez mais exigente e onde a tecnologia tem um papel essencial, parece-nos primordial reflectir sobre formas de inovar e dinamizar um serviço com tantas potencialidades.

Assim e constituindo o cerne de toda a problemática temos a questão: “Como podemos conceber uma exposição sobre a Guerra do Ultramar na DGARQ e valorizá-la num contexto educativo?”

De forma a responder a esta questão procuraram-se alternativas para transformar uma simples exposição numa ferramenta didáctica e pedagógica através da utilização das novas tecnologias e da adaptação ao currículo nacional de ensino. Foi também criado um dossiê pedagógico cujo objectivo é fazer chegar os documentos de arquivo à sala de aula, e de tentar aproximar arquivos, arquivistas, professores e alunos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Difusão, Serviços Educativos, Exposição, Dossiê Pedagógico, Estágio.

**ESTÁGIO NA DIRECÇÃO-GERAL DE ARQUIVOS: A CONCEPÇÃO DE UMA EXPOSIÇÃO  
SOBRE A GUERRA DO ULTRAMAR E A SUA VALORIZAÇÃO NUM CONTEXTO  
EDUCATIVO**

**Sofia Manuela Ribeiro Vaz**

**ABSTRACT**

The archives are not only spaces where the documents are kept and saved. It's social and cultural dimension causes its main objective to be the diffusion of information that is in its custody.

From among the various forms of diffusion this text, under the internship of the master's degree in Sciences of Information and Documentation (Archives), covers the exhibitions and educational services.

The exhibits are a more traditional form of diffusion, the one that archives use to publicize the documents that are in its custody, to communicate with the society in which is inserted.

The educational services are in fact one of the forms of diffusion that slowly has marked presence in the Portuguese archives. With this paper we try to demonstrate that this service has great potential in the formation of the citizen through the rapprochement with the national education system, and in the closer relationship between the documents and the outside world to contribute to the creation of new forms of contact between the two parts.

In a society increasingly demanding and where technology has a vital role, it seems to us essential to reflect on ways to innovate and streamline a service with so many potential.

So and constituting the core of all the problems we have the question: "How can we conceive an exhibition about the Overseas War in DGARQ and value it in an educational context?"

In order to answer this question sought alternatives to transform a simple exhibition in to a pedagogical and teaching tool through the use of new technologies and adaptation to the national curriculum of education. It was also created a pedagogical dossier whose aim is to take the archives in to the classroom, and attempting to approach archives, archivists, teachers and students.

**KEYWORDS:** Diffusion, Educational Services, Exposition, Pedagogical dossier, Internship.

## **Lista de abreviaturas**

**DGARQ** – Direcção-Geral de Arquivos

**GREC** – Gabinete de Relações Externas e Comunicação

**RTP** – Rádio Televisão Portuguesa

**PIAF** – Portail International Archivistique Francophone

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**MNF** – Movimento Nacional Feminino

**MPLA** – Movimento Popular de Libertação de Angola

**UPA** – União dos Povos de Angola

**UNITA** – União Nacional para a Independência Total de Angola

**ELNA** – Antiga força armada da FNLA

**PIDE/DGS** – Policia Internacional de Defesa do Estado/ Direcção Geral de Segurança

**PAIGC** – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

**FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique

**FNLA** – Frente Nacional de Libertação de Angola

**MDIA** – Movimento da Defesa dos Interesses de Angola

**PDA** – Partido Democrático de Angola

**Revista FLAMA** – Publicação portuguesa fundada em 1937 e que encerrou em 1976.



# Índice

Introdução .....	3
1. DGARQ: instituição de acolhimento.....	10
2. Difusão nos arquivos .....	13
2.1. Exposições .....	19
2.1.1. Tipologias de exposições.....	19
2.1.2. Preparar uma exposição em arquivos.....	22
2.2. Serviços educativos .....	28
2.2.1. Arquivos, espaços educativos não formais.....	28
2.2.2. Breve percurso histórico .....	29
2.2.3. Contributo para a cidadania.....	33
2.2.4. As novas tecnologias como ferramenta.....	34
2.2.5. Dossiê pedagógico. Documentos de arquivos na sala de aula. ....	36
3. A exposição “Ultramar 1961-1974. Retrato de uma guerra em África”. Trabalho realizado. ....	40
4. Processo de elaboração e exploração do Dossiê Pedagógico.....	51
4.1. O dossiê colocado em prática .....	57
Conclusão.....	58
Bibliografia.....	61
Lista de ilustrações .....	70
Apêndices .....	71
Apêndice 1 .....	72

Apêndice 2 .....	75
Apêndice 3 .....	77
Apêndice 4 .....	78
Apêndice 5 .....	79
Apêndice 6 .....	80
Apêndice 7 .....	99

## Introdução

Numa sociedade em que a partilha de informação é um elemento fundamental para a emergente competitividade, inovação e formação da sua população, as instituições arquivísticas têm um papel cada vez mais importante, que aos poucos tem marcado a sua presença.

Com o objectivo de ajudar neste papel foi criado o mestrado em Ciências da Informação e Documentação, ramo de Arquivos, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, instituição onde se adquire o conhecimento e a formação necessários para enfrentar uma sociedade em contínua evolução.

Entre as possibilidades de trabalho final que o mestrado tinha ao dispor, a realização de um estágio com relatório afigurou-se a forma mais adequada para, através da prática, consolidar os conhecimentos teóricos adquiridos e, ao mesmo tempo, tentar apresentar propostas dinamizadoras para a função arquivística de difusão. Esta função pode ser chamada de muitos nomes, difusão, comunicação, divulgação e valorização, dependendo dos autores e das escolas, mas que no nosso país ainda não atingiu as suas máximas potencialidades.

A oportunidade de realizar um trabalho tendo em conta a realidade das instituições, moldando-o para que seja concretizável e vá ao encontro dos objectivos traçados, é um desafio e uma oportunidade para fazer algo contra a tendência instalada. Sendo a Direcção-Geral de Arquivos o órgão coordenador da política nacional de arquivos, a escolha desta instituição para acolhimento do estágio, que originou este relatório, tornou-se na opção mais coerente para se tentar passar uma mensagem de mudança.

Para a concretização deste projecto a metodologia aplicada teve por base as sete etapas do procedimento científico em ciências sociais propostas por Quivy e Campenhoudt<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2003.

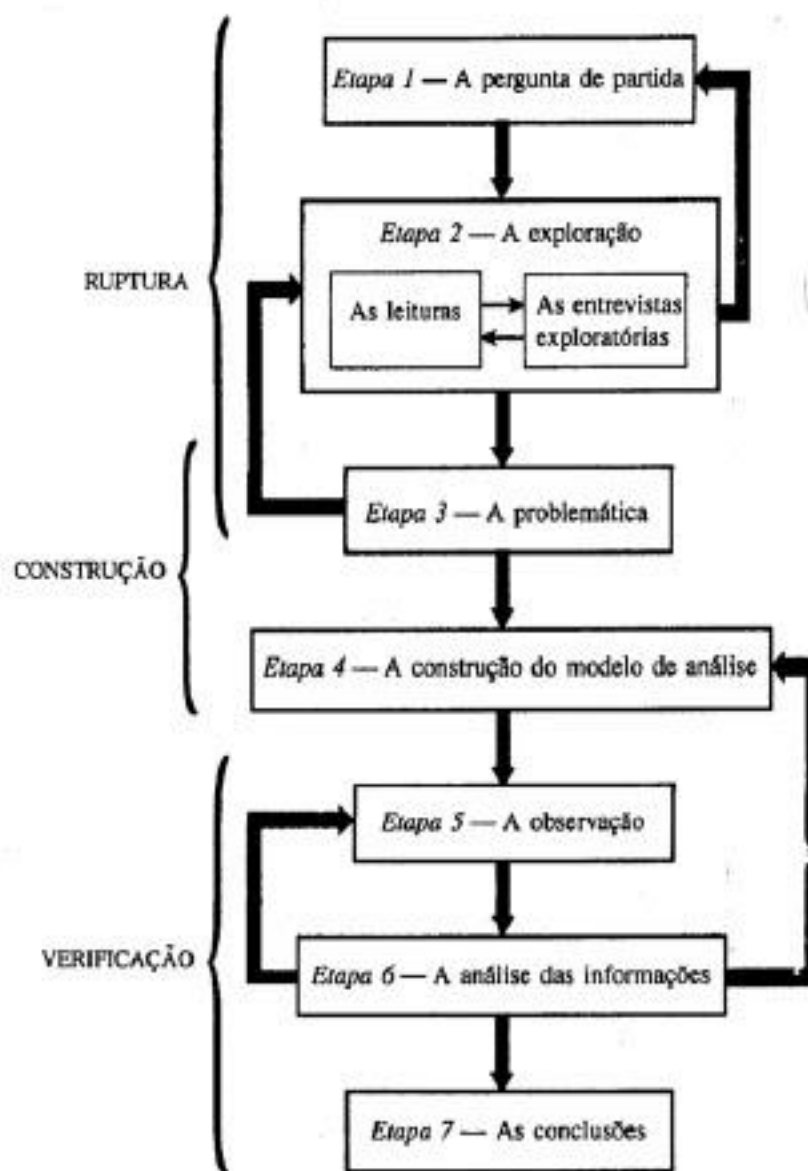


Ilustração 1 - Etapas do procedimento. QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 2003

Neste processo a fase da ruptura é aquela em que o investigador precisa de “(...) romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreendermos as coisas”<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – Manual de Investigação em Ciências Sociais... pag.26.

Na fase da construção, pretende-se que o investigador consiga definir as proposições explicativas de fenómeno a estudar, delinear o plano de pesquisa, as operações e prever as consequências esperadas<sup>3</sup>.

Na última fase, a da verificação, pretende-se que, através da averiguação dos dados, se possa inserir a investigação no estatuto científico.

Quanto às sete etapas do processo, verifica-se uma constante interacção, originando momentos de ruptura e de recuo que permitem um melhoramento dos objectivos a atingir.

O primeiro passo deste trabalho consistiu em definir aquilo que se procura saber, elucidar e compreender melhor, através da formulação de uma pergunta de partida, que fosse clara, exequível e pertinente<sup>4</sup>.

Tendo como ponto de partida a teoria de J. Cerdá Díaz, que defende a difusão, o marketing e a formação como objectivos principais das exposições realizadas nas instituições arquivísticas<sup>5</sup>, é proposta deste trabalho conceber uma exposição que cumpra estes objectivos. Uma perspectiva diferente daquelas que normalmente se vêem ser aplicadas nos arquivos portugueses, mas que podem trazer grandes vantagens a médio e longo prazo às instituições arquivísticas.

É neste sentido que surge a pergunta de partida que preside este estudo: *Como podemos conceber uma exposição sobre a Guerra do Ultramar na DGARQ e valoriza-la num contexto educativo?*

Esta pergunta surge no seguimento de algumas questões levantadas ao longo deste mestrado em Ciências da Informação e Documentação, que me chamaram especial atenção. Estas estão relacionadas com as potencialidades educativas dos arquivos no que se refere à captação de novos públicos, mas também na marcação da sua presença na sociedade, com a falta de publicações em Portugal sobre o tema e

---

<sup>3</sup> QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais...* pag.28.

<sup>4</sup> QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais...* pag.34.

<sup>5</sup> CERDÁ DÍAZ, J. – Las exposiciones documentales: objetivos, conceptos, tendencias. In HERNÁNDEZ OLIVERA, Luís – *Exponer documentos: Diseño y producción de muestras documentales*. Salamanca: ACAL, 2010, p. 17-31.

sobre a forma ainda embrionária como os serviços educativos estão a ser implementados nos arquivos portugueses. Assim, adaptando estas questões à necessidade da DGARQ em elaborar um guião para uma exposição sobre a Guerra do Ultramar, que celebrava os cinquenta anos do seu início, surge a pergunta de partida que deu origem a este trabalho. Uma forma de adaptar um instrumento de difusão às novas exigências da sociedade.

Passando para a etapa da exploração, logo após a elaboração da pergunta de partida, é importante reunir informação sobre o objecto de estudo e a melhor forma de o abordar.

Foram realizadas leituras que tinham como temas globais os arquivos, os públicos, o arquivo como espaço de educação e aprendizagem e a sua ligação à comunidade. Autores como Couture, Heredia, Bellotto, Verry, J. Cerdá Díaz, entre outros, permitiram perceber quais as teorias que sustentam o sentido de arquivo histórico e que se abrem aos públicos como locais de aprendizagem e cidadania.

Para além das leituras, foram realizadas algumas entrevistas exploratórias ao orientador local, mas também aos profissionais do Gabinete de Relações Externas e Comunicação da DGARQ, de forma a elucidarem sobre o tema em questão e sobre a forma como os serviços educativos funcionavam.

De forma a complementar a informação recolhida nas leituras e nas entrevistas, foi acompanhada a fase final da montagem da exposição “D. Carlos I, fotógrafo amador”, que iria decorrer na DGARQ durante o período de estágio.

Foi também realizada, através da internet, uma pesquisa a todos os arquivos públicos portugueses (municipais, distritais e regionais), de forma a saber quais os serviços culturais e educativos existentes e perceber qual o seu panorama nacional.

A terceira etapa deste processo é a problemática, que consiste na “(...) abordagem ou a perspectiva teórica que se decide adoptar para tratar o problema colocado pela pergunta de partida”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> QUVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais...* p. 104.

Para responder a esta pergunta de partida, a abordagem consistiu em tentar perceber a forma, a tipologia e os objectivos da utilização das exposições, de que forma se poderia adaptar uma exposição a nível educativo e o envolvimento dos serviços educativos em todo este processo. Para tentar perceber estes pontos, e por falta de estudos nacionais, foi importante perceber qual era o panorama internacional relativo a serviços educativos em arquivos. Esta percepção foi conseguida através de variadas leituras e de visitas a sites de arquivos internacionais, onde se conseguiu verificar casos práticos de implementação da difusão através dos serviços educativos e das exposições.

Quando se fala na construção do modelo de análise está-se a continuar a etapa anterior, a analisar o pensamento de autores cujas investigações são relevantes para o tema em questão. A análise de conceitos e o levantamento de hipóteses de solução para a questão são pertinentes nesta fase. Ponderar a utilização de tecnologia, as ferramentas pedagógicas ou a colaboração dos professores do 2º e 3º ciclos e secundário, de forma a conseguir uma valorização da exposição de forma coerente, é preponderante, na medida em que se os alunos num contexto de programa de educação puderem aceder a documentos para exploração, as possibilidades de visibilidade do arquivo aumentam.

Neste caso concreto, a construção do modelo de análise consistiu no estudo dos conceitos de serviço educativo e de exposição quando aplicados à instituição de arquivos. Compreendeu também no enquadramento teórico que permitiu a proposta de utilização, na exposição, de materiais interactivos e audiovisuais e ainda na utilização da Internet como forma de difundir a exposição para lá das paredes da sala utilizada, através da criação de um dossiê pedagógico.

A observação e a análise consistem respectivamente nas etapas que reúnem as informações necessárias à verificação das hipóteses e o seu posterior tratamento. No entanto, importa referir que, na realização deste trabalho, a concretização destas duas etapas, que verificariam o sucesso das hipóteses levantadas como soluções educativas para a exposição, se encontraram limitadas à observação da utilização do dossiê pedagógico na sala de aula. Esta recolha de informação foi concretizável com o apoio

dos professores de História da Escola Secundária de Felgueiras e com a colaboração dos alunos dessa mesma escola, que se disponibilizaram a trabalhar a ferramenta na sala de aula e dar a sua opinião sobre a mesma. Importa também referir que esta etapa aconteceu depois de terminado o período de estágio, que se revelou curto para a tarefa agendada.

A impossibilidade de acompanhamento e verificação da exposição deveu-se também às limitações de tempo estipuladas para o estágio, à conjuntura que actualmente se enfrenta no nosso país, que provoca uma incerteza quanto à disponibilidade de recursos financeiros e humanos, na possibilidade de uma alteração na direcção da DGARQ, dos seus objectivos e projectos, e também devido ao facto de esta exposição estar prevista para o final do ano de 2011.

Assim, tendo em conta as etapas deste processo, a estrutura deste relatório consiste numa primeira fase teórica onde, como já referido, analisar-se-á a função de difusão nos arquivos e a forma como esta entra em contacto com a comunidade em que a instituição arquivística está inserida, mais especificamente, a comunidade estudantil. Procurar-se-á também analisar em mais detalhe as duas estratégias culturais de difusão, as exposições e os serviços educativos, que são o objecto de estudo deste trabalho.

Numa fase seguinte deste relatório, apresentar-se-á a parte prática do estágio realizado, que se encontra dividida em duas fases. A primeira é dedicada à concepção do guião da exposição e a segunda dirigida à elaboração de um dossiê pedagógico para servir de ferramenta nas salas de aula. Esta parte foi caracterizada pela preocupação em chegar mais perto dos professores e dos alunos, através da criação de uma exposição onde o principal objectivo foi a exploração dos seus conteúdos num âmbito pedagógico. Apostou-se na sua ligação ao programa nacional de ensino de História dos 2º e 3º ciclos e 12º ano e na criação do dossiê que complementa a exposição e que tem como objectivo ser disponibilizado como auxiliar pedagógico.

No entanto, os temas abordados na exposição não se limitam aos leccionados nas salas de aula, antes, procura-se fazer referência a temas que de outra forma dificilmente seriam do conhecimento dos mais jovens.



Outra forma de mais facilmente se chegar aos mais novos, foi através das novas tecnologias aplicadas, quer na exposição, quer na disponibilização do dossiê na Internet, que se revelaram fundamentais para captar o interesse estudantil.

A conclusão, que é também a última etapa do processo defendido por Quivy e Campenhoudt<sup>7</sup>, é a última parte deste relatório. Uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido ao longo do estágio, sobre as hipóteses levantadas e sobre a possibilidade de as aplicar, contribuindo assim para uns serviços educativos capazes de atingir um público cada vez mais exigente, cujos resultados se consolidarão no futuro.

---

<sup>7</sup> QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais...*

## 1. DGARQ: instituição de acolhimento.

A entidade de acolhimento do estágio foi, como já referido, a Direcção-Geral de Arquivos (DGARQ) que segundo o Decreto-Lei n.º 93/2007<sup>8</sup>, é um serviço central integrado na administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa, científica e técnica e dependente do órgão do governo responsável pela área da Cultura.

A sua criação teve como ponto de partida a extinção e fusão, ainda que mantendo as respectivas entidades, do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT) e do Centro Português de Fotografia (CPF).

É a entidade coordenadora do sistema nacional de arquivos e tem por missão:

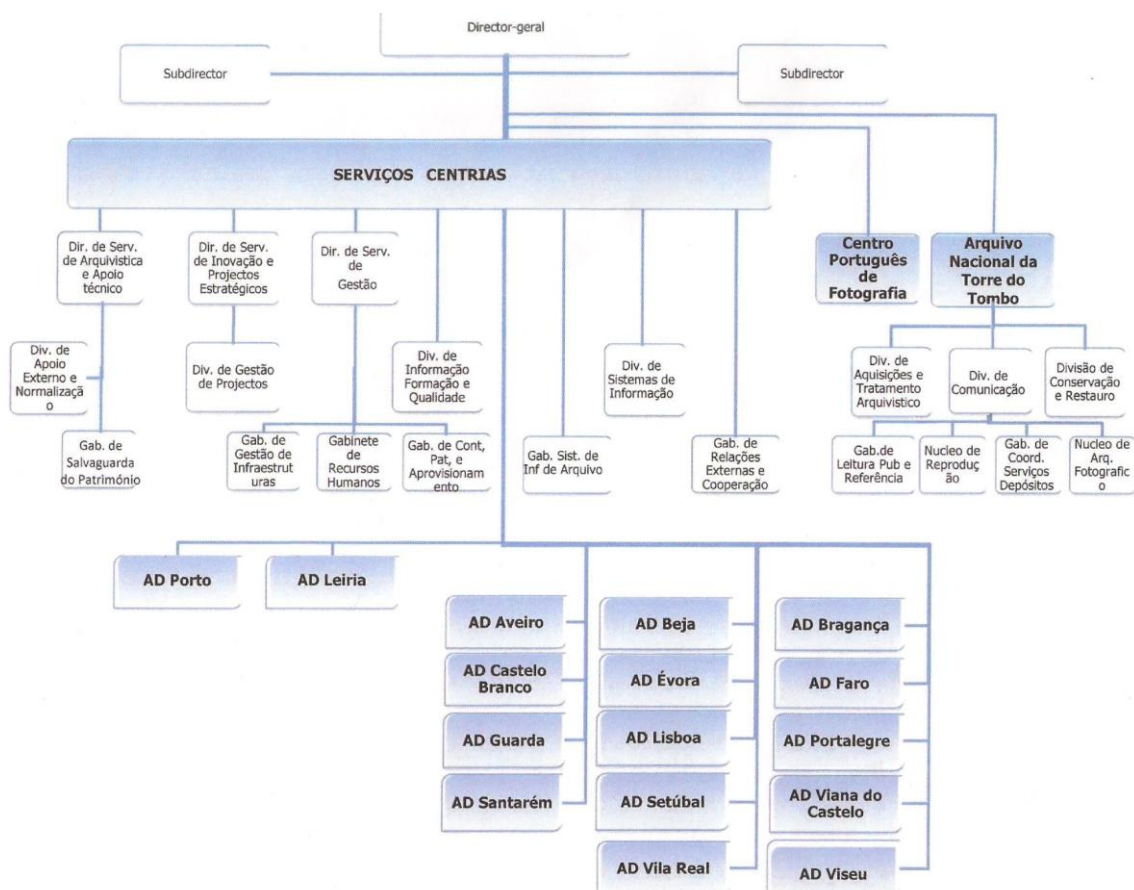
*“(...) estruturar, promover e acompanhar de forma dinâmica e sistemática a intervenção do Estado no âmbito da política arquivística, administrar as medidas adequadas à concretização da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, promover a salvaguarda, valorização, divulgação, acesso e fruição do património arquivístico e garantir os direitos do Estado e dos cidadãos nele consubstanciados, a sua utilização como recurso da actividade administrativa e fundamento da memória colectiva e individual.”<sup>9</sup>*

---

<sup>8</sup>Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de Março. Diário da República. 1ª Série. Lisboa.

<sup>9</sup>Direcção Geral de Arquivos. [Consult. 8-08-2011]. Disponível na Internet: <URL: <http://dgarq.gov.pt/dgarq/historia-institucional/>>.

Para ajudar nesta missão a DGARQ tem a sua estrutura organizacional (ver Ilustração 2) baseada em serviços centrais com funções de coordenação, serviços dependentes de âmbito nacional com funções de repositórios de arquivo e serviços dependentes de âmbito regional.



**Ilustração 2 - Organograma da DGARQ.** Disponível na internet: <URL: <http://dgarq.gov.pt/dgarq/organigrama/>>.

De entre todos os departamentos e serviços da DGARQ é ao Gabinete de Relações Externas e Cooperação em interacção com o ANTT, que compete<sup>10</sup>:

- Relações nacionais;

<sup>10</sup> Atribuições do GREC disponíveis em: <http://dgarq.gov.pt/cooperacao-e-relacoes-externas/>

- Extensão educativa (visitas guiadas);
- Organização de eventos de natureza cultural, educativa/científica;
- Empréstimo de documentos;
- Cedência de espaços;
- Assegurar o serviço de Protocolo da DGARQ;
- Apoio a exposições;
- Contactos com a imprensa e promoção da imagem da DGARQ;
- Edição trimestral do Boletim e sua divulgação;
- Funcionamento da loja;
- Articulação com outras instituições governamentais;
- Relações internacionais;
  - Representação externa de Portugal em matéria de arquivos;
  - Assegurar a gestão de projectos de cooperação internacional do domínio arquivístico.

No entanto, e apesar de não estar formalmente apresentada no organograma e nas competências do GREC, importa referir a estreita relação existente entre este serviço central da DGARQ e o ANTT. Pode-se mesmo dizer que os Serviços Educativos do ANTT se encontram sob a alçada do GREC, pois os funcionários destes dois serviços são os mesmos, encontram-se no mesmo gabinete e sob a mesma coordenação<sup>11</sup>.

De facto, na procura de concretização da sua competência educativa, o GREC colabora com o Arquivo Nacional da Torre do Tombo na elaboração de exposições e na programação das visitas guiadas. Estes são os serviços que esta instituição utiliza como meio de contacto com a comunidade envolvente. No anexo 1 deste relatório encontra-se a informação fornecida pelo GREC relativamente às exposições realizadas desde o ano de 2007. Com esta informação, pode-se verificar a sua experiência na organização

---

<sup>11</sup> Fonte de informação Dra. Lurdes Henriques directora do GREC.

de exposições com diferentes temas, que será aproveitada para a elaboração deste relatório. No que se refere às visitas guiadas, não existem dados.

Assim, e tendo em conta que a proposta de estágio se enquadrava nas suas competências internas, o GREC tornou-se no departamento de acolhimento do estágio realizado, que resultou na elaboração deste relatório.

## 2. Difusão nos arquivos

Os arquivos antecedentes à Revolução Francesa eram lugares fechados e secretos, onde apenas algumas pessoas poderiam entrar e consultar os documentos, e assim, ter acesso à informação. No entanto, com a Revolução Francesa é reconhecido o direito aos cidadãos a consultarem os arquivos do Estado. Foi o início do reconhecimento do direito fundamental à cultura e ao património que se reflecte na obrigação dos arquivos em comunicar, difundir e divulgar a informação à sua guarda. Este direito é também reconhecido na Declaração Universal sobre os Arquivos, aprovada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2010<sup>12</sup>, que lhes confere um carácter único e essencial: “O livre acesso dos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e melhora a qualidade de vida”.

A necessidade do acesso à informação está presente neste mundo onde a evolução social – crescimento demográfico, acesso à educação e às novas tecnologias – levou ao consumo de um cada vez maior volume de informação, onde esta tem de estar disponível cada vez mais rapidamente, em diversos suportes e formatos, para todos os utilizadores, profissionais ou não. “L’archivistique contemporaine est une activité d’un niveau élevé de complexité”<sup>13</sup>.

---

<sup>12</sup> CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Declaração Universal sobre os Arquivos*. [em linha]. [Consult. 8-08-2011]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.ica.org/6573/reference-documents/universal-declaration-on-archives.html>>.

<sup>13</sup> COUTURE, Carol - Les Fonctions de l’archivistique ... p.417.

Com esta democratização do acesso, os utilizadores e a angariação de novos sectores da população passaram a ser uma preocupação para os arquivos. Tal facto reflectiu-se na procura da satisfação das necessidades dos utilizadores, através do aumento da qualidade dos serviços prestados e também na procura de alargar as ofertas destes mesmos serviços.

Todo o sistema de arquivo passou a ter como objectivo final o acesso à informação. Todos os aspectos relacionados com os utilizadores, desde os planos e programas de organização e descrição de fundos, recursos humanos e novas tecnologias, a todos os meios, técnicas e recursos que procuram melhorar a comunicação do arquivo e a diversificação de serviços orientados aos utilizadores, procuram a melhor forma de disponibilizar a informação. De acordo com Timothy L. Ericson:

*“The goal is use. We need continually to remind ourselves of this fact. Identification, acquisition, description and all the rest are simply the means we use to achieve this goal. They are tools. We may employ all these tools skillfully; but if, after we brilliantly and meticulously appraise, arrange, describe and conserve our records, nobody comes to use them, then we have wasted our time.”<sup>14</sup>*

A todo este conjunto de esforços reunidos para fazer chegar a informação arquivística aos utilizadores chama-se difusão.

No entanto, não se pode dizer que a utilização do conceito de difusão e da sua concepção seja um assunto pacífico. Se há profissionais de arquivo que defendem uma visão de arquivos mais fechados em que o uso é um mal necessário, outros defendem o uso como a finalidade do arquivo e outros ainda como a forma de voltar a dar vida à memória colectiva. No entanto, a maioria parece considerar a difusão como o meio de

---

<sup>14</sup> ERICSON, Timothy L. – Preoccupied with your Own Gardens: Outreach and Archivists. **Archivaria**. [em linha] nº31, (Winter 1990-1991), p.114-122. [Consult. 8-08-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewArticle/11724>>.

excelência para obter visibilidade e notoriedade, que permitem adquirir meios para gerir todo o sistema de arquivos.<sup>15</sup>

Para Couture difusão é :

*"L'action de faire connaître, de mettre en valeur, de transmettre ou de rendre accessibles une ou des informations contenues dans des documents d'archives à des utilisateurs (personnes ou organismes) connus ou potentiels pour répondre leurs besoins spécifiques. La diffusion des archives est donc une activité aux multiples aspects, puisqu'elle comprend toutes les relations entretenues par le personnel du centre d'archives avec sa clientèle interne ou externe, et ce, aux trois âges des documents."*<sup>16</sup>

Uma difusão que está presente no seio da gestão de arquivos em todas as suas idades e funções, mas de formas diferentes. Nos arquivos correntes e intermédios, a difusão é uma actividade estrutural e presente, pois estão em contacto constante com o utilizador. Nos arquivos definitivos, é uma actividade que está ligada a outras actividades, no seio do sistema de gestão de arquivos, em que o contacto com o utilizador pode ou não ser de forma directa. Na relação entre a difusão e as outras funções, o autor defende uma igualdade de importância e uma relação estreita entre elas<sup>17</sup>.

No que se refere à arquivística portuguesa, e quando se procura a definição de difusão no Dicionário de Terminologia Arquivística<sup>18</sup>, o termo não existe. O mais próximo de difusão é **comunicação**, cuja definição consiste na “função primordial do arquivo (instituição ou serviço responsável pela aquisição, conservação). Que consiste em facultar aos utilizadores, actuais ou potenciais, informações (qualquer elemento

---

<sup>15</sup> COUTURE, Carol - *Les Fonctions de l'archivistique* ... p. 412.

<sup>16</sup> COUTURE, Carol - *Les Fonctions de l'archivistique* ... p. 374.

<sup>17</sup> Para um melhor aprofundamento da relação da função de difusão com outras funções veja-se COUTURE, Carol - *Les Fonctions de l'archivistique contemporaine*. Presses de l'Université du Québec, 1999.

<sup>18</sup> ALVES, Ivone (et. al) - Dicionário de Terminologia Arquivística. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.

capaz de ser expresso com o auxílio de um código), referências e documentos de que disponha e sobre os quais não recaia qualquer restrição de comunicabilidade”. Definição que peca pelo seu carácter pouco desenvolvido e limitativo nas suas potencialidades.

A difusão procura acabar com a invisibilidade, tanto para a população em geral, como também para os gestores e políticos que ainda não se aperceberam da importância dos arquivos. Neste sentido, é importante elaborar um plano de promoção da imagem do arquivo, de forma a alcançar uma imagem e uma identidade institucional consolidada. É também importante que a identidade procurada se reflita na sociedade em que esteja inserida, de forma que essa imagem seja favorável aos interesses da mesma.

Para que esta função tenha o máximo de sucesso nos seus objectivos, devem ser utilizadas estratégias de marketing, tais como o estudo dos utilizadores e suas características, de forma a ajustar os serviços às suas necessidades.

É com base nestes estudos que sabemos que os principais utilizadores dos arquivos são historiadores, antiquários e genealogistas. É neles que se baseiam para colmatar as suas necessidades de investigação. No “Relatório de inquérito ao cliente”<sup>19</sup>, realizado pela DGARQ no ano de 2009, em que o universo consistiu em todos os serviços dependentes da DGARQ de âmbito nacional e regional, podemos verificar que 74% das visitas tem carácter de investigação e 26% para obtenção de documentos para fins legais<sup>20</sup>. Qualquer outro motivo não tem sequer expressão percentual.

No entanto, muitos arquivos e arquivistas do final do século XX já sentiram mudanças nas suas tipologias de públicos. O autor espanhol Cruz Mundet<sup>21</sup> confirma que o público escolar jovem, os curiosos e uma gama de novos utilizadores

---

<sup>19</sup> FURTADO, José Maria – *Inquérito à Satisfação dos Clientes DGARQ 2009 – Relatório Final*. Portugal:DGARQ, 2010.

<sup>20</sup> FURTADO, José Maria – *Inquérito à Satisfação dos Clientes DGARQ 2009 – Relatório Final*. ...

<sup>21</sup> CRUZ MUNDET, José Ramón – *Manual de Archivística*. Madrid: Fundación German Sánchez Ruipérez, 2001.



encontraram nos arquivos uma fonte de pesquisa capaz de satisfazer as suas necessidades culturais e intelectuais. A aproximação deste público aos arquivos é reforçada pelo princípio da difusão e pelo acesso à cultura por parte dos cidadãos. Em Portugal, o acesso é mencionado na legislação referente aos arquivos e à cultura<sup>22</sup>, mas esta encontra-se dispersa por inúmeros diplomas, dificultando o seu conhecimento.

Portanto, cabe aos arquivistas, “porque o nível de notoriedade dos arquivos e dos seus profissionais reflectem a sua própria indiferença em relação à sociedade”<sup>23</sup>, a responsabilidade de adoptar as medidas necessárias para satisfazer as necessidades dos seus diferentes tipos de utilizadores. Cabe-lhes também identificar e aproximar-se dos seus potenciais utilizadores, que desconhecem os serviços oferecidos pelos arquivos e as suas potencialidades.

Segundo Couture, pode-se dizer que os meios de difusão agrupam-se em dois grupos: os de contacto directo (requisição, reproduções, etc.); e os de contacto indirecto (telefone, correio de pesquisa, publicações, exposições, audiovisuais, CD-ROM, Internet, stands de informação, relações publicas, visitas guiadas, produtos derivados)<sup>24</sup>.

Entre os utilizadores usuais de um arquivo (investigadores, comunidade em geral e público escolar), aqueles que mais utilizam o meio de difusão sob a forma de contacto indirecto são a comunidade em geral e o público escolar (alunos e professores). Este último tem origem nos estabelecimentos de ensino que procuram estimular o gosto pela História, pelo património e pela pesquisa, abrangendo um vasto leque de idades e de níveis escolares.

O público escolar exige intervenções de outro tipo. De facto, numa sociedade marcada pela evolução tecnológica, em que se verifica uma alteração nas formas de

---

<sup>22</sup> Para uma informação completa pode consultar o caderno SIADÉ 1 disponível no site da DGARQ em: [http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/siade\\_caderno11.pdf](http://dgarq.gov.pt/files/2008/10/siade_caderno11.pdf)

<sup>23</sup> COUTURE, Carol - *Les Fonctions de l'archivistique contemporaine*. Presses de l'Université du Québec, 1999.

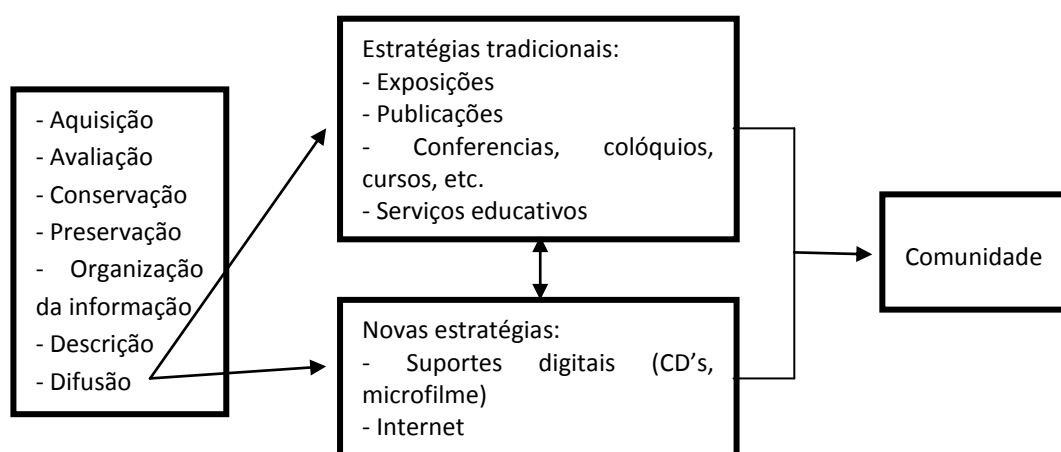
<sup>24</sup> COUTURE, Carol - *Les Fonctions de l'archivistique contemporaine*. ...

acesso e difusão da informação dos arquivos, a utilização das novas tecnologias, especialmente a internet, como forma de contacto com os utilizadores são ferramentas indispensáveis.

A internet permite aceder a informação remota sem limite espacial e temporal, ao mesmo tempo que se pode tornar num importante motor de mudança de imagem dos arquivos. Pode também ser utilizada como base para a edição de documentos, para potencializar as possibilidades e o alcance dos programas educativos e para a formação de utilizadores. Com os recursos multimédia surgem novas oportunidades para a realização de actividades didácticas e divulgativas.

Assim, devemos acompanhar este desenvolvimento adaptando os serviços de difusão culturais mais tradicionais (exposições, publicações, conferências, cursos, colóquios e serviços educativos) às novas estratégias (suportes documentais digitais e Internet).

É neste aspecto que se focou o trabalho realizado na DGARQ e que consta neste relatório. Na procura de fomentar a actividade pedagógica com o objectivo de dar a conhecer os serviços do arquivo, a riqueza patrimonial dos documentos que conserva e suscitar o gosto pelos arquivos.



**Ilustração 3 – Esquema que representa as formas de actuação da função difusão.**

## 2.1. Exposições

As exposições são uma forma de difusão, que podem ser potencializadas de modo a servirem de ferramenta ao arquivo para conquistar uma maior notoriedade perante a comunidade em que está inserido. No entanto, para potencializar uma exposição é necessário perceber quais as suas tipologias e a forma como elas são criadas. São estes aspectos que se irão abordar de seguida.

### 2.1.1. Tipologias de exposições

No que se refere a uma exposição, esta é um dos muitos meios de difusão da informação. Segundo o autor Júlio Cerdá Díaz é:

*“(...) la administración de un espacio y unos contenidos con el objetivo de elaborar un determinado discurso o mensaje. Es una intervención para organizar una realidad, creando una estructura pensada en itinerarios con giros temáticos, vinculando y recomponiendo el espacio y el tiempo que sugieren los documentos.”<sup>25</sup>*

Para além desta enunciação, ainda se podem caracterizar as exposições quanto ao seu tempo de permanência, ao tipo de conteúdo, às formas de apresentação e ao espaço expositivo.

Tempo de permanência	Tipo de conteúdo	Formas de apresentação	Espaço expositivo
<ul style="list-style-type: none"><li>• Permanente</li><li>• Temporal</li><li>• Itinerante</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Genérica</li><li>• Temática</li><li>• Comemorativa</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Informativa</li><li>• Interpretativa</li><li>• Interactiva</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sala de exposições</li><li>• Sitio Web</li></ul>

**Ilustração 4 - Tipologias de exposições documentais.** Adapt. CERDÁ DÍAZ, J. – Las exposiciones documentales: objetivos, conceptos, tendencias. In HERNÁNDEZ OLIVERA, Luís – Exponer documentos: Diseño y producción de muestras documentales. Salamanca: ACAL, 2010, p. 19.

---

<sup>25</sup> CERDÁ DÍAZ, J. – Las exposiciones documentales: objetivos, conceptos, tendencias. In HERNÁNDEZ OLIVERA, Luís – **Exponer documentos: Diseño y producción de muestras documentales**. Salamanca: ACAL, 2010, p. 17.

No que se refere ao tempo de permanência, as exposições podem variar entre permanentes, temporais ou itinerantes. A escolha por um destes tipos de exposições pode variar, tendo em conta os objectivos e meios materiais e humanos da instituição organizadora. Por estes motivos, as menos usuais são as itinerantes, ao contrário, as temporais são as mais encontradas. As exposições permanentes têm tendência para acontecerem apenas nas grandes instituições arquivísticas, pois é necessário um espaço permanentemente dedicado para esta função.

Quando se fala em exposições genéricas, fala-se daquelas que pretendem dar uma visão global dos fundos documentais da instituição arquivística organizadora. Esta tipologia é a menos usual. Por outro lado, existem as mais frequentes, que abordam assuntos concretos, como um período temporal ou uma monografia. Também a comemoração de um evento histórico pode servir de motivo para a realização de uma exposição.

Onde se verificam mais diferenças entre as exposições é na forma de apresentação. Se uma exposição informativa pode ser chamada de mais convencional, onde o objectivo principal é passar informação, as exposições interpretativas requerem algo mais do visitante, uma maior capacidade de compreensão e análise. As exposições interactivas são uma forma relativamente recente, que está muito relacionada com a evolução tecnológica que se verificou nos últimos anos. Esta forma de apresentação tem como objectivo tornar as exposições mais dinâmicas, mais estimulantes, onde é possível interagir com os visitantes e onde se verifica uma forte componente educativa.

Segundo o autor Julio Cerdá Díaz, existem dois tipos de espaços expositivos. A sala de exposição é considerada a mais convencional, que tem a vantagem de fazer com que o visitante desfrute da sensação de aproximação com os documentos. Por outro lado, temos a Internet, onde se pode criar uma sala virtual. Este tipo de exposições virtuais tem algumas vantagens, tais como: a interactividade; a facilidade de acesso; a possibilidade de ser visitada a qualquer hora e a qualquer dia; a possibilidade de utilização de vários recursos; a capacidade de actualização; a não

existência de limitações de espaço e conteúdos; a facilidade de avaliação de eficácia; permite uma preservação dos documentos; normalmente é mais económica.<sup>26</sup>

Na actualidade, quando se fala de exposições em arquivos fala-se da forma mais corrente de difusão. Este facto é mais acentuado quando são exposições comemorativas ou demonstrativas. São testemunhos que expressam uma vontade colectiva, a lembrança de uma pessoa, um evento ou um lugar, uma comemoração de algo que pode ser agradável ou muitas vezes com temas dolorosos como guerras, catástrofes e mortes. São a prova de um passado, de uma herança, de uma cultura e de uma identidade.

As exposições rompem com o isolamento dos documentos e fazem a ligação com a sociedade, são a forma de chegar aos cidadãos. Neste caso concreto, o facto de se criar uma exposição com características apelativas aos estudantes e aos professores pode criar intenção de uma visita, pode incentivar à utilização de fontes documentais nos seus estudos e cria um elo com o passado de uma nação que é também o passado de cada um. A importância desta aproximação é tal que dela poderá depender o reconhecimento (dos cidadãos e das administrações públicas) do trabalho feito pelas instituições arquivísticas no futuro<sup>27</sup>.

Neste sentido, torna-se relevante apostar na incrementação destes eventos, torna-los mais apelativos, mais educativos, que cheguem a mais pessoas, logo mais eficazes. Desta forma, “el archivo pasa de un papel pasivo a un papel activo incorporándose a las tareas de promoción social”<sup>28</sup>.

O esquema apresentado de seguida, retirado da obra de Julio Cerdá Díaz<sup>29</sup>, espelha na perfeição todos estes objectivos das exposições documentais.

---

<sup>26</sup> CERDÁ DÍAZ, J. – Las exposiciones documentales: objetivos, conceptos, tendencias. In HERNÁNDEZ OLIVERA, Luís – **Exponer documentos: Diseño y producción de muestras documentales**. Salamanca: ACAL, 2010, p. 23.

<sup>27</sup> HERNÁNDEZ OLIVERA, Luís (ed) – *Exponer documentos: diseño y producción de muestras documentales*. Salamanca: ACAL, 2010.

<sup>28</sup> HEREDIA HERRERA, Antonia - *Archivística general: teoría y práctica*. ... p. 497.

<sup>29</sup> CERDÁ DÍAZ, J. – Las exposiciones documentales: objetivos, conceptos, tendencias. ... p. 18.



*Ilustração 5 - Objectivos de uma exposição documental. Adapt. CERDÁ DÍAZ, J. – Las exposiciones documentales: objetivos, conceptos, tendencias. In HERNÁNDEZ OLIVERA, Luís – Exponer documentos: Diseño y producción de muestras documentales. Salamanca: ACAL, 2010, pag. 18*

Verifica-se assim que os arquivos devem ter um papel activo, de forma a se tornarem numa referência como recurso educativo e num meio de transmissão de valores e atitudes.

### **2.1.2. Preparar uma exposição em arquivos**

Para que uma exposição consiga cumprir com os seus objectivos, existe um conjunto de tarefas complexas que envolvem muita gente e que estão relacionadas com questões administrativas e logísticas. Devido a esta complexidade, é sensato utilizar algum tipo de instrumento de orientação com as etapas necessárias para a preparação de uma exposição. É neste sentido que se apresenta aqui uma pequena descrição dos passos a seguir para a concretização de uma exposição “típica” de um arquivo. “Típica” porque alguns projectos podem necessitar de etapas adicionais, enquanto outros podem necessitar de menos. Nem todas são finitas e sequenciais,

podendo-se alternar ou prolongar e, por vezes, coexistem paralelamente ao longo do processo. Assim tem-se:

- Etapa 1 - Reflexão preparatória

Nesta primeira etapa é necessário definir três aspectos importantes: a escolha do tema da exposição; definição da abordagem que vai ser feita ao tema em questão; decisão da natureza das peças a expor (documentos e/ou objectos).

Quando se fala na escolha de um tema para uma exposição, figura-se um infinito número de possibilidades. No entanto existem alguns critérios que se podem utilizar para escolher o tema. Um desses critérios é o contexto global em que a instituição organizadora se insere. Se é uma instituição nacional, distrital ou municipal, se é pública ou privada, se está localizada numa grande metrópole ou no meio rural, o meio económico e cultural em que está inserido, etc. Outra questão importante é definir a sua pertinência para a instituição organizadora, para a investigação histórica ou se vai ao encontro de pedidos do público. No que se refere à questão da abordagem, esta está mais relacionada com decisões do foro estético da exposição e da decisão de tipologia. Aqui é também importante definir a natureza das peças a apresentar, pois diferentes naturezas implicam diferentes formas de apreensão por parte do público.

Outros aspectos importantes a ter em consideração nesta primeira etapa são as condições (tamanho, condições ambiente, segurança, acesso, etc.) do local onde a exposição se vai realizar e qual vai ser o calendário da exposição (duração, concepção e realização). É necessário também identificar quais os meios humanos e financeiros, realizar uma projecção das despesas de criação (comissário, equipa do projecto, suportes editoriais, acompanhamentos culturais e educativos, comunicação e inauguração) e de funcionamento, das possíveis receitas e a definição do público-alvo.

- Etapa 2 – Pesquisa

Esta é a etapa que vai possibilitar criar um cenário, um discurso que vai ser transportado para a sala de exposição. Para tal, é necessário reunir uma bibliografia

com as principais obras ou artigos sobre o tema escolhido. Os fundos e colecções de possível interesse também são de muita importância. Depois de elaborado um cenário, é importante elaborar um guião prévio das peças e produzir-lhes uma ficha técnica individual.

Durante a tarefa de escolher documentação para uma exposição tem-se de ter presente que existe entre os documentos de arquivo uma hierarquia, no que concerne à maior ou menor facilidade de aproximação destes ao grande público. As imagens (fotografia e audiovisuais) têm uma particular importância e são os mais atractivos. Com elas consegue-se oferecer uma informação visual ao mesmo tempo que se contextualiza a documentação, atribuindo-lhe uma dimensão mais humana. Para além disso, permitem facilitar a compreensão rápida, tal como uma orientação geográfica.

*“Los soportes gráficos en la exposición, bajo la forma de apoyos visuales (por ejemplo, ilustraciones, fotografías, planos y diagramas) son el medio ideal para dar respuesta a las muchas preguntas que el visitante podría plantearse.”<sup>30</sup>*

- Etapa 3 - Gestão administrativa

Nesta etapa estão reunidos todos os procedimentos respeitantes à movimentação das peças, quer sejam da instituição organizadora, quer sejam emprestadas por outras instituições. No primeiro caso, terão que ser efectuados procedimentos para a retirada ou substituição por uma cópia dos documentos do acesso à sala de leitura, verificar se os documentos escolhidos se encontram com condições de conservação para serem expostos e verificar se existe algum tipo de impedimento legal que impeça a sua exposição (direitos de autor). Também é necessário verificar se é imprescindível algum tipo de procedimento de restauração e elaborar uma ficha técnica de cada peça escolhida para ser exposta.

No que se refere às peças emprestadas, para além dos procedimentos já mencionados, é conveniente proceder a uma reunião com o representante da

---

<sup>30</sup> BELCHER, Michael – *Organización y diseño de ...* p.166.



instituição que as disponibiliza, onde se efectuará um exame prévio de cada peça e onde se completará a ficha técnica das mesmas. Será também importante tratar do seu transporte e do seu seguro.

- Etapa 4 - Redacção de textos

Esta é uma etapa que se deve desenrolar em simultâneo com a etapa 3 e 5. Nela devem ser redigidos os documentos que acompanharão a exposição como textos introdutórios à exposição ou aos seus núcleos, títulos, legendas, folhas de sala, catálogos, álbuns, dossiers, etc.

- Etapa 5 – Cenografia

Nesta etapa são tratados todos os assuntos relacionados com a apresentação, conservação e compreensão dos documentos. O espaço, as vitrinas, o tratamento da luminosidade e a criação de um ambiente e de uma atmosfera que envolva os visitantes.

Para obter estas características existem um número ilimitado de possibilidades. Como exemplo, tem-se as exposições interactivas, um conceito relativamente recente e que tem adquirido força com a evolução tecnológica. Têm uma forte componente educativa, dado que oferecem experiências, entretenimento e estímulos que fomentam o questionamento e o sentido dedutivo. Tentam criar situações que favoreçam a compreensão, a aprendizagem activa, crítica e reflectida.

*“La exposición esencialmente es un efecto óptico, donde se impone la primacía de la imagen. Ese es el principal obstáculo a salvar, los documentos textuales informan o testimonian pero no representan, de ahí la importancia de introducir material visual que complete el relato.”<sup>31</sup>*

Devido à fragilidade dos documentos, a preocupação com as condições de conservação da documentação na sala de exposições deve estar sempre presente. A

---

<sup>31</sup> CERDÁ DÍAZ, J. – Las exposiciones documentales: objetivos, conceptos, tendencias. ... p.25.

humidade e a temperatura relativa, tal como a luminosidade, são factores de deterioração que necessitam de ser controlados.

As fontes luminosas, quer sejam naturais (sol) ou artificiais (lâmpadas incandescentes ou tubos fluorescentes) emitem uma irradiação que contém, além das radiações visíveis, uma certa proporção de ultravioletas e de infravermelhos nocivos para as matérias orgânicas<sup>32</sup>. Por isso, devem ser controladas, eliminando o máximo possível de radiação ultravioleta, reduzindo os níveis de iluminação para rondar os 50 lux e limitando o tempo durante o qual se iluminam os documentos.

A humidade e a temperatura relativa estão estreitamente ligadas e é da relação existente entre as duas que vai depender o teor de água da atmosfera. Quando se aumenta a temperatura de uma sala vai provocar a diminuição da humidade relativa do ar. Para que não exista deterioração dos documentos, a humidade relativa deve estar entre os 50 e 55% e a temperatura deve ser de 18°C com variação de +/- 1°C. Estes valores poderão ser controlados através da utilização de aparelhos de ar condicionado, humidificadores ou desumidificadores.

Ainda nesta etapa, importa mencionar a atenção que deve ser dada na montagem da exposição, para que todos os documentos estejam no local certo, com a identificação correcta e com as condições ideais de conservação e segurança. Também a desmontagem deve ter cuidados específicos, como a verificação do seu estado, a embalagem dos documentos e a sua reintegração nos arquivos ou a sua devolução ao prestador.

- Etapa 6 - Comunicação

Nesta etapa são tratados todos os assuntos relacionados com a comunicação ao exterior da realização de uma exposição. Englobam comunicados à imprensa, colocação de anúncios na Internet, distribuição de folhetos, colocação de cartazes e outdoors, etc. Pode também ser aqui englobada a produção de produtos derivados,

---

<sup>32</sup> FLIEDER, Françoise; DUCHEIN, Michel – *Livros e Documentos de Arquivo: Preservação e Conservação*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas, 1993.

tais como artigos variados de papelaria, peças em loiça, bijutarias, pequenos bonecos para as crianças e tudo o que a imaginação e o tema permitirem.

Para que exista uma boa comunicação é importante conseguir e divulgar patrocinadores ou mecenas. Estas personalidades ou instituições devem estar na inauguração da exposição, para dar mais notoriedade e visibilidade.

- Etapa 7 - Acompanhamento cultural e educativo

Esta etapa permite diversificar as abordagens de uma exposição em função dos públicos, de prolongar e aprofundar o seu alcance. É uma etapa de muita importância que não se deve negligenciar e deve ser programada desde a etapa 2.

Existem inúmeras possibilidades de actividades culturais e educativas, mas a sua natureza deve estar sempre relacionada com o tema da exposição. Como exemplos destas actividades, pode-se fazer referência a colóquios, debates, ciclos de conferências, visitas guiadas adaptadas a diferentes públicos (estudantes, adultos, deficientes, idosos), ateliês, festivais, espectáculos, etc.

- Etapa 8 – Avaliação

Esta etapa acontece após a exposição ter aberto ao público. Tem como finalidade avaliar o seu funcionamento e verificar a sua eficácia em relação aos objectivos traçados, de modo a se conseguir que as exposições futuras funcionem sempre da melhor forma e, conseqüentemente, haja uma maior satisfação por parte dos utilizadores.

Entre as metodologias de avaliação de uma exposição a mais utilizada é a do inquérito de satisfação, que permite ser adaptada ao que a instituição quer saber. No entanto, as entrevistas, a solicitação de críticas, a observação directa ou mesmo a recolha de artigos publicados nos media sobre a exposição, são formas de recolher informação e avaliar o seu sucesso.

## **2.2. Serviços educativos**

Como já referido anteriormente, e como se pode ver no esquema da ilustração 3, a difusão está directamente relacionada com outras actividades no seio do sistema de gestão de arquivos. Como tal, apresenta diversas formas de actuação. Como exemplos, pode-se referir a produção de instrumentos de descrição, guias, inventários, a definição de procedimentos de avaliação ou de conservação, o cumprimento da legislação arquivística, etc.

No entanto, para efeito deste estágio, falar-se-á do serviço educativo de um arquivo que reúne um conjunto de actividades difusoras de informação a um público muito específico, os estudantes, sejam eles jovens ou adultos.

### **2.2.1. Arquivos, espaços educativos não formais**

Quando se fala em serviços educativos estamos a falar de um serviço que tem como principal objectivo ensinar, logo podem ser considerados como unidades pedagógicas. Unidades onde existem interacções entre os emissores de uma mensagem e os receptores (alunos).

Mesmo que o ensino não seja um objectivo explícito, os arquivos podem educar. A escola não é o único lugar para adquirir conhecimentos, existem outros espaços que têm a função de educar, tais como os arquivos, museus, filmes, peças de teatro, músicas, etc.

No entanto, e apesar dos arquivos possuírem características que permitem o ensino, possuem também características que os distinguem das escolas. São estas características que diferem os locais de ensino formais, os não formais e os informais. O conceito tradicional de ensino, restrito à sala de aula, ao professor e aos livros, é associado à aprendizagem formal, enquanto as experiências que ocorrem no exterior da escola estão associadas à aprendizagem não formal. Quanto ao ensino informal, este engloba um processo que dura toda a vida, no qual as pessoas adquirem e

acumulam conhecimentos e capacidades de decisão durante as suas experiências diárias e nas relações com o meio envolvente<sup>33</sup>.

O ensino formal tem os seus métodos, as suas regras, a sua cronologia para ser aplicado, os seus executores especializados e tem como objectivo principal a aprendizagem do aluno, que vai desde os primeiros anos de escolaridade até aos últimos anos de universidade. No que se refere à aprendizagem não formal, ligada a contextos culturais possuidores de conteúdos estéticos e lúdicos, a aprendizagem tem uma forma mais agradável e motivadora. Pode-se então dizer que a educação não formal pode assumir duas dimensões em relação à educação formal. Ela pode ser vista como complemento ou alternativa à educação escolar.

É por existirem estas diferenças nas formas de ensino que se sente a necessidade de se criar uma metodologia de ensino nos arquivos. Devemos identificar as características do processo não formal de ensino que possam contribuir para uma aprendizagem mais agradável para os alunos e mais facilitada para os professores. Uma aprendizagem que inspire estratégias pedagógicas formais mais dinâmicas e que envolvam diferentes instituições culturais.

A tarefa dos arquivos deverá consistir em criar formas de complementar ou conceber alternativas ao ensino formal. Através da criação de exposições (abordadas no ponto anterior), de visitas guiadas, da programação de ateliês, da criação de dossiers pedagógicos, etc., que sejam adaptados aos conteúdos e às características dos diferentes anos lectivos, pode-se criar interacções com impacto no ensino.

### **2.2.2. Breve percurso histórico**

As experiências educativas nos arquivos não são um acontecimento da actualidade. Já em 1870, na Grã-Bretanha, tinha surgido a ideia de os arquivos terem

---

<sup>33</sup> ARAÚJO, Helena Maria Marques – O sentido do ensino de História na escola. **Espaços educativos e ensino de História**. Boletim nº2 Abril, (2006), p.3-9.

um papel nos programas educativos<sup>34</sup>. Um século depois, a *Society of Archivists* recomendou que os arquivos reunissem documentação apropriada para a educação<sup>35</sup>. Em França, o *Service Educatif* foi criado na década de cinquenta do século XX e organizava as actividades conjuntas entre arquivistas e professores, tanto nos arquivos como nas escolas. Nos EUA e na Alemanha esta preocupação é mais recente, embora na Alemanha já em 1969 se tenha tentado implementar o modelo francês. Mas talvez o caso mais antigo de legislação referente aos arquivos na educação seja o da Venezuela, que já em 1914 a legislação reconhecia a necessidade de levar os arquivos às escolas<sup>36</sup>. Hoje em dia, estes países possuem uma estrutura consolidada nesta área.

Em Portugal, os serviços educativos tiveram o seu início nos museus na década de 70 do século XX, quando este sector foi criticado pela sua fraca abertura para o exterior e a sua quase exclusiva concentração na conservação e inventariação. Na Arquivística, os serviços educativos ganham expressão nos anos 80 e nos anos 90 quando os técnicos de Museologia já eram formados em educação.<sup>37</sup>

Apesar destes desenvolvimentos verificados na área dos serviços educativos, a relação entre os arquivos e as escolas não está desenvolvida dado que as iniciativas nas instituições arquivísticas são muito limitadas à prática das visitas guiadas. Verifica-se também que as publicações em português com este tema são muito raras.

Este facto é suportado no estudo desenvolvido pelo Observatório das Actividades Culturais<sup>38</sup> sobre os serviços educativos portugueses. Neste estudo, o critério para fazer parte do universo inquirido foi o de apresentarem uma programação regular de actividades pedagógico/formativas. Nele, os arquivos estarão eventualmente incluídos na categoria “Outros”, no entanto, não é especificado quais as instituições abrangidas. O termo “outros” é definido como o campo onde “estão

---

<sup>34</sup> BLANCO, Esther Cruces; CASADO, Ana Melero – Los archivos y los programas pedagógicos. **ANABAD** [em linha] Tomo 41, nº2, (1991), p.33-51. [Consult. 15-02-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=224124>>.

<sup>35</sup> BLANCO, Esther Cruces; CASADO, Ana Melero – Los archivos y los programas pedagógicos. ...

<sup>36</sup> BLANCO, Esther Cruces; CASADO, Ana Melero – Los archivos y los programas pedagógicos. ...

<sup>37</sup> GOMES, Rui Telmo; LOURENÇO, Vanda – *Democratização Cultural e Formação de Públicos – Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal*. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2009.

<sup>38</sup> GOMES, Rui Telmo; LOURENÇO, Vanda – *Democratização Cultural e Formação de Públicos – Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal*. ...

incluídos equipamentos que desenvolvem actividades em diferentes domínios culturais e artísticos”<sup>39</sup>.

Para além deste estudo, realizou-se uma pesquisa na internet onde se observou os sites oficiais dos 308 municípios portugueses e seus respectivos arquivos, os 18 arquivos distritais e os 2 arquivos regionais, cujos resultados se encontram nos anexos 2 e 3 deste relatório. Mais uma vez verificou-se a falta de implementação de serviços educativos consistentes.

Após a análise destes resultados, percebe-se que os arquivos públicos portugueses ainda têm um grande caminho a percorrer no que se refere à sua função de difusão, principalmente nos aspectos culturais e educativos. De 308 municípios apenas 36 têm serviços culturais ou educativos. Dos arquivos distritais apenas 6 possuem alguma tipologia destes mesmos serviços. Quanto aos regionais apenas se pode mencionar o Arquivo Regional da Madeira.

No entanto, nos últimos anos, têm surgido em algumas instituições arquivísticas práticas de serviços educativos que são bons exemplos de conjuntos de actividades pedagógicas, que de alguma forma já se procuram destacar das tradicionais exposições e visitas guiadas.

No Arquivo Regional da Madeira encontra-se o serviço educativo mais completo e onde se pode ver um caderno pedagógico referente à história do Funchal com questionários de avaliação de conhecimentos e alguns jogos de palavras cruzadas. No Arquivo Municipal de Lisboa existe já uma preocupação em diferenciar as actividades oferecidas para os diferentes níveis de escolaridade. Mas é no Arquivo Distrital do Porto que se verifica uma forte tentativa de aproximação ao público escolar (professores e alunos), existindo um projecto para a criação de uma visita virtual e a criação de dossiers pedagógicos para professores e alunos. São os primeiros passos para aproximar os arquivos dos mais jovens, mesmo daqueles que não se deslocam à instituição arquivística.

---

<sup>39</sup> GOMES, Rui Telmo; LOURENÇO, Vanda – *Democratização Cultural e Formação de Públicos – Inquérito aos “Serviços Educativos” em Portugal. ...* pag. 89

No entanto, e apesar destes avanços, verificamos que não está formado um conceito teórico ou uma definição estruturada deste serviço. As diferentes denominações e conteúdos destes serviços mostram isso mesmo.

Contudo, existe um consenso entre os autores de que este serviço está inserido na função de difusão. Pode ser conhecido por serviço educativo, serviço educativo e de divulgação, departamento de educação, extensão cultural, plano de acção educativa, política educativa, projecto cultural, programa educativo e oferta educativa. No entanto, todas estas designações têm, em Portugal, o mesmo significado e a mesma função, *de “iniciar o público, nomeadamente o escolar, no conhecimento e utilização do seu acervo documental”*<sup>40</sup>.

Nos dias de hoje, o serviço educativo de um arquivo tem que ser algo mais. Partindo do ponto em que o arquivo tem como finalidade a disseminação da informação, tendo como consequência disso um compromisso social, esse compromisso leva o profissional a promover actividades que proporcionem aos cidadãos adquirirem essa informação. Um arquivo deve ser um espaço de comunicação, criatividade, inovação, de intercepção entre o lazer e a educação, que promova a cultura, onde as pessoas participam e partilham desse conhecimento. Deve ser uma ponte com toda a comunidade, sejam crianças ou adultos.

Numa perspectiva interna dos arquivos definitivos, a realização de actividades educativas permite assegurar o reconhecimento da profissão de arquivista e demonstrar a importância dos arquivos, ou seja desenvolver uma imagem de marca necessária à obtenção do apoio da opinião pública.

Do ponto de vista da sociedade, as actividades educativas vêm estabelecer uma igualdade de direitos dos cidadãos (direito a uma herança cultural, à informação e à educação). Para que o acesso seja possível a todos, e não a apenas a alguns eruditos, o serviço educativo vem fornecer a todos os conhecimentos necessários para uma futura e eventual utilização dos acervos documentais. Este fornecimento de conhecimento

---

<sup>40</sup> ALVES, Ivone (et. al) - Dicionário de Terminologia Arquivística. ...pag. 23



pode ser simplesmente passar por sensibilizar a geração futura para a importância dos arquivos.

*“We should bear in mind that if people do not know what archivists are, or what they do, it is simply because archivists have not touched their lives in any meaningful way. (...) We need to show people, not tell them.”<sup>41</sup>*

É neste sentido que se insere este trabalho. Mostrar às pessoas que os arquivos são locais (físicos ou não) onde se pode recorrer para recolher informação e que não se limitam a servir investigadores profissionais.

*“One of the great myths of our profession, and one of our most debilitating misconceptions, is that archives exist simply to serve scholars. ...There are other groups that would benefit from using archival materials (...).”<sup>42</sup>*

Os arquivistas devem reconhecer que o seu público vai mais além dos que vêm ao recinto do arquivo, que abrange toda a sociedade, mesmo aqueles que não sabem o que é um arquivo, pois é nesses que estão grandes potenciais públicos a conquistar<sup>43</sup>. A maioria da sociedade dificilmente vê os arquivos como locais onde se pode adquirir conhecimentos de cultura, ou como estas instituições podem ajudar no ensino dos seus filhos, cidadãos do futuro.

### 2.2.3. Contributo para a cidadania

É de facto na construção da cidadania que os arquivos poderão exercer um papel fundamental na consciencialização dos futuros cidadãos, em termos de preservação da memória colectiva. A melhor forma de desempenhar este papel é

---

<sup>41</sup> ERICSON, Timothy L. – Preoccupied with your Own Gardens: Outreach and Archivists. **Archivaria**. [em linha] nº31, (Winter 1990-1991), p.114-122. [Consult. 8-08-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewArticle/11724>>. p.120.

<sup>42</sup> ERICSON, Timothy L. – Preoccupied with your Own Gardens: Outreach and Archivists. ... p. 118.

<sup>43</sup> FREEMAN FREIVOGEL, Elsie - Education Programs: Outreach as an Administrative Function. **Society of American Archivists**. [em linha] Vol. 41, No. 2 (April 1978), p. 147-153. [Consult. 8-08-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://www.jstor.org/pss/40292081>>.

através da ligação com a educação dos mais jovens e com uma colaboração estreita com os serviços do arquivo, como por exemplo uma exposição.

Exercer a cidadania, com direitos e deveres enquanto pertencentes a uma sociedade, permite ter noção da sua identidade enquanto indivíduo e enquanto membro de uma comunidade. Permite perceber o outro e a si mesmo com um objectivo integrador. Aceder aos documentos arquivísticos é aceder a um património cultural, a uma memória, que lhe confere identidade e orientações para conseguir essa integração na comunidade. O direito à informação é o primeiro passo para adquirir todos os outros direitos inerentes à cidadania.

Este acesso à informação é fundamental para o exercício da cidadania e embora não garanta o seu pleno exercício, sem ele não é possível conquistar de forma plena os restantes direitos. Nessa perspectiva, pode-se compreender a importância dos arquivos. A existência de um arquivo organizado e eficiente é essencial para conhecer as actividades do Estado. As informações administradas pelos arquivos públicos permitem aos cidadãos ter acesso e conhecer os projectos e programas desenvolvidos pelos governos, possibilitando uma reflexão sobre estes.

Vê-se então que os arquivos devem ter um papel educativo através da transmissão de informação e de conhecimentos, que permitam aos indivíduos desenvolver-se plenamente. Para isto é necessário criar as estruturas para a aquisição destes mesmos conhecimentos, através da utilização de meios pedagógicos adaptados ao programa nacional de ensino. No entanto, para que esta tarefa seja realizada de uma forma eficaz, é necessária uma relação de cooperação entre arquivos e escolas.

#### **2.2.4. As novas tecnologias como ferramenta**

Quando se fala em entrar em contacto com os documentos de um arquivo, existem variados meios que, segundo os autores Brigitte Pison e Xavier Laubie<sup>44</sup>,

---

<sup>44</sup> PIPON, Brigitte; LAUBIE, Xavier – *Module 12 - Valorisation des archives*. PIAF 2.0. Portail International Archivistique Francophone. Espace formation. [Consulta 1 Outubro 2010]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.piaf-archives.org/espace-formation/course/view.php?id=14>>.

dividem-se em duas categorias: pelo contacto directo com os documentos e à distância.

O contacto directo com o documento é o meio privilegiado de sensibilização educativa. Seja o documento recente ou mais antigo, este permite uma viagem pelo passado de um país, um povo, uma família, ou um indivíduo. Passa a existir uma maior noção de realidade histórica. É por este motivo que os arquivos têm criado ao longo do tempo várias formas de aproximação do aluno aos documentos, tais como as visitas ao serviço de arquivos, os ateliês de história e os trabalhos personalizados com os documentos e exposições.

A educação à distância é um sistema que emprega todos os modernos meios de difusão. As publicações são o meio mais frequente e aparecem sob variadas formas, tais como as fichas, dossiers, livros, catálogos, etc., que podem conter reproduções de documentos, comentários a esses documentos ou transcrições. As exposições reais ou virtuais, o CD-ROM e os sites de Internet com actividades interactivas completam hoje as actividades mais tradicionais.

De facto, as novas tecnologias permitem atingir um público mais lato e por este motivo os potenciais utilizadores não são apenas professores e alunos. Através destes, as famílias também têm um importante papel a desempenhar nas actividades dos arquivos, na medida em que também elas podem ter uma aproximação com a documentação.

Com o desenvolvimento da tecnologia e a maior acessibilidade a ela por parte dos mais novos, surge a necessidade de apresentar ferramentas adaptáveis a este cenário. Hoje em dia, por exemplo, os recursos tecnológicos podem fornecer soluções inovadoras para as actividades educativas em arquivos, sobretudo para o público jovem, através de jogos interactivos para computadores ou acessíveis na Internet, envolvendo documentos de História ou outras disciplinas e aspectos.

De facto, as possibilidades deste tipo de ferramentas tecnológicas são muitas:

- Permite adicionar o ensino em linha ao ensino tradicional;

- Possibilidade de utilizar documentos de arquivo em formato de alta definição;
- Capacidade de explorar os documentos utilizando todas as técnicas oferecidas pelas novas tecnologias como por exemplo o aumento de detalhes, etc.

#### **2.2.5. Dossiê pedagógico. Documentos de arquivos na sala de aula.**

Enquanto, desde muito novos, os alunos são familiarizados com as bibliotecas e com os livros, o mesmo não acontece com os arquivos e a sua documentação.

A principal causa deste afastamento é o facto de a relação entre os arquivos e as salas de aula não ter sido devidamente potencializada ao longo do tempo. Segundo Ken Osborne:

*“This neglect of the educational potential of archives is unfortunate on at least three counts. First, the failure to forge possible links between archives and schools denies the schools an invaluable resource for improving the quality of teaching, especially in the fields of history and social studies. Second, it denies society at large a chance to appreciate and to benefit from the evidence and the records upon which its sense of identity and continuity depends. ...Third, by not engaging in educational work, either with the public at large or with the schools, archives deny themselves the possibility of building and benefitting from the support of a knowledgeable and sympathetic public.”<sup>45</sup>*

Pode-se então dizer que a aproximação entre arquivos e escolas pode ter vantagens, quer no sentido dos professores e alunos, porque passam a ter acesso a ferramentas capazes de incentivar e melhorar o conhecimento, quer para os arquivos, porque passam a ter acesso a um novo público. Esta relação de proximidade também

---

<sup>45</sup> OSBORNE, Ken – Archives in the Classroom. **Archivaria**. [em linha] nº23, (Winter 1986-87), p. 16-40. [Consult. 8-08-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/search/advancedResults>>. p.17.

faz ressaltar a importância do património histórico documental para a formação dos cidadãos.

Devem todos compreender a importância da utilização dos documentos históricos no ensino, não só por estes documentos terem sobrevivido ao passar dos anos, mas porque devem ser encarados como algo que foi seleccionado para ser alvo de questionamento, análise, reflexão e de compreensão de determinado contexto em que estes documentos se inseriram ou ainda se inserem.

Assim, pode-se dizer que a existência de um serviço que tenha como principal objectivo a educação é necessária num arquivo, pois cria formas e ferramentas para suscitar e reforçar o interesse dos alunos, para além de desenvolver o espírito crítico, o sentido de observação e da compreensão dos documentos. Permite que os alunos conheçam os seus antepassados e a sua história, “it establishes deep and secure roots and makes an essential contribution to the search for self-knowledge”<sup>46</sup>.

A criação de instrumentos como um dossiê pedagógico favorece as condições de exploração pedagógica de documentos e permite incrementar a educação cívica, para além de que o aluno vai adquirir uma melhor noção do que são fontes históricas.

Através do contacto com os documentos e com a sua informação, procura-se ensinar os procedimentos inerentes ao processo de investigação a que os historiadores e outros investigadores estão sujeitos. Neste processo, elaboram-se problemas, levantam-se questões, hipóteses, analisam-se as fontes, criam-se argumentos e apresentam-se resultados. Desta forma, e com a análise de documentos, está-se a incutir nos alunos atitudes como a observação, a descrição, identificação, argumentação e avaliação<sup>47</sup>.

Possibilita, ao mesmo tempo, que eles tenham a noção de que também são atores da história, logo aprendem a ser cidadãos, aprendem que os seus actos, mesmo

---

<sup>46</sup> OSBORNE, Ken – Archives in the Classroom... p. 18.

<sup>47</sup> LUPORINI, Teresa Jussara - Educação patrimonial: projectos para a educação básica. **Revista Ciencias & Letras**. n. 31 (2002), p. 327.

os do dia-a-dia, ficam para a posterioridade e, assim, aprendem a ser responsáveis, a saberem actuar com responsabilidade cívica.

Para que o dossiê pedagógico seja utilizado na sala de aula, ou fora dela, no estudo dos alunos, é importante que esteja relacionado com os conteúdos que os alunos se encontrem a estudar. Depois, torna-se importante que a utilização do documento seja confortável de utilizar, tanto por alunos como por professores. O dossiê tem que ser claro quanto ao seu conteúdo, tem que se inserir dentro do contexto da matéria leccionada pelos professores. Caso seja necessário, deve conter uma transcrição ou tradução do conteúdo do documento, de forma a todos os alunos e professores serem capazes de aceder à sua informação.

A tarefa de procurar documentação para servir de suporte à matéria leccionada pode se tornar um factor dissuasor, principalmente para quem não está familiarizado com as formas de pesquisa ou porque não tem acesso a esses mesmos documentos. Lembra-se que, apesar de se estar a dar grandes passos nesse sentido, a disponibilização da digitalização de documentos ainda não abrange toda a documentação e, assim sendo, muitas pessoas (professores, alunos, investigadores, cidadão comum) têm o acesso a eles dificultado.

No sentido de contrariar esta dificuldade, procurar-se-á com os dossiers pedagógicos disponibilizar apenas aqueles que são mais ajustados às suas necessidades.<sup>48</sup> Desta forma, procura-se abrir caminhos para uma disseminação da utilização dos documentos nas salas de aula.

Como sabem os arquivistas quais os documentos a disponibilizar? De forma a resolver esta questão, nada melhor que uma parceria entre arquivistas e professores. Deste modo, este trabalho poderá obter os resultados desejados. Para que estas duas partes percebam a sua potencialidade educacional, terá de existir um diálogo entre arquivistas e professores, um trabalho comum, para que cada uma das partes entenda as necessidades da outra parte.

---

<sup>48</sup> FREEMAN FREIVOGEL, Elsie - Education Programs: Outreach as an Administrative Function. ...p.150.

Existem critérios gerais que se devem seguir quando se escolhe documentos para serem trabalhados nas salas de aula. Estes critérios são semelhantes aos utilizados pelos investigadores, mas condicionados por variantes pedagógicas. Assim, a escolha variará segundo a idade, o ciclo, a etapa educativa, o nível do conhecimento, a capacidade dos alunos e a adequação ao programa nacional educativo. O potencial motivador para incentivar os alunos à aprendizagem, a capacidade de ilustração para exemplificar algum conteúdo curricular e capacidade de síntese, são outros aspectos a ter em conta. Também importante, é a aptidão de transferir o conhecimento e carga socioafetiva, que permite o estabelecimento de uma ligação à sociedade em que os alunos estão inseridos.

Para além destas características, também é necessário a sua adaptação à linguagem narrativa e descritiva, que facilitará o trabalho na sala de aula. Em especial para a leitura do conteúdo dos documentos mais antigos, que exigem conhecimentos de paleografia ou mesmo de latim.

Todos estes critérios têm que estar presentes, para que no momento de análise seja possível<sup>49</sup>:

- Identificar o lugar, a data, o autor e o receptor;
- Investigar o significado de expressões ou conceitos desconhecidos;
- Situar o documento no seu contexto histórico;
- Compreender as ideias principais do documento;
- Avaliar o grau de fiabilidade do documento;
- Extrair do documento a informação útil para a investigação;
- Comparar a informação com outra documentação;
- Obter resultados ou construção de conhecimento.

Ao seguir todos estes critérios, os documentos tornam-se numa ferramenta educativa, e o arquivista, através das actividades de difusão, num educador. Ele tem a

---

<sup>49</sup> TRIBÓ TRAVERIA, G.- *Enseñar a pensar historicamente. Los archivos y las fuentes documentales en la enseñanza de la Historia*, Barcelona, IRSE/ HORSORI, 2005. p.157

responsabilidade de ajudar os utilizadores reais e potenciais dos arquivos no processo de identificação cultural, fazendo referências ao passado.

Cabe às escolas e professores a tarefa de proporcionar e desenvolver o processo de aprendizagem do conjunto das ciências sociais, através do contacto com as fontes documentais, desenvolvendo o senso crítico dos estudantes, através da aproximação com a realidade dos documentos sob a guarda dos arquivos.

Apesar de algumas excepções, os professores não fazem muito para usar as potencialidades dos arquivos no ensino, nem os arquivistas fazem muito para influenciar o trabalho dos professores e das escolas. Existe muito para ganhar ao se unir os interesses dos arquivistas e dos professores. Se por um lado os professores passam a ter acesso a documentação relacionada com a matéria leccionada, por outro, os arquivistas passam a ter uma forma mais de justificarem a sua existência perante a sociedade e a administração do Estado. Este apoio é fundamental para que os arquivos cumpram com as suas duas importantes tarefas: o desenvolvimento de um sistema de arquivo e a promoção de uma maior consciencialização da importância dos arquivos. Esta última tarefa é a mais difícil das duas, pois é uma tarefa com resultados a longo prazo e de difícil mensurabilidade.

### **3. A exposição “Ultramar 1961-1974. Retrato de uma guerra em África”. Trabalho realizado.**

Sabendo da intenção em se realizar um estágio na DGARQ, tendo como tema base a difusão e os serviços educativos, foi dada a possibilidade por esta instituição de se aplicar a teoria a um caso concreto através da planificação de uma exposição. Mais concretamente, através da elaboração de um guião com o tema da Guerra do Ultramar, que celebrava os cinquenta anos do seu início e que marcou a história de Portugal.

O primeiro passo para definir o que iria ser feito foi estipular as características da exposição. Apesar de estas apontarem em várias direcções, e tendo-se em conta o



que foi dito anteriormente, pode-se dizer que se qualifica como uma exposição temporária, comemorativa, informativa, interpretativa e interactiva. No que se refere ao espaço, será a sala de exposição do ANTT, mas como se verá no capítulo seguinte, expandida também para um sítio Web através do dossiê pedagógico.

Esta tipologia de exposições temporais apresenta algumas vantagens, como a possibilidade de maximizar a utilização dos recursos disponíveis. Permite um programa sempre actualizado de exposições, mais variado, o que estimula o interesse dos diferentes públicos, ao mesmo tempo que anima os visitantes habituais. Esta é uma imagem que um arquivo deve promover, uma imagem em que se preocupa com o presente, com o passado, mas também com o futuro. O factor temporal permite que se possa arriscar, inovar e evoluir na forma como se realizam as exposições.

Tendo em conta estes aspectos, procurou-se conceber esta exposição projectando uma ideia do que ela poderia ser. Assim, na realização do trabalho que deu origem a este relatório, procurou-se abordar um pouco todas as fases da elaboração de uma exposição. Devido à limitação do tempo disponível para este estágio, não era possível acompanhar todo o processo de projecção e realização da exposição. Sendo assim, foram escolhidas as tarefas que estavam directamente relacionadas com o objectivo principal, a valorização de uma exposição a nível pedagógico.

Assim, a tarefa com a qual se iniciou este processo, que foi sofrendo alterações ao longo do trabalho realizado, foi a escolha do título da exposição: “Ultramar 1961-1974. Retrato de uma guerra em África”.

Para a escolha deste título, de forma a ir ao encontro das competências constantes no Programa Nacional de Ensino Básico e Secundário<sup>50</sup>, foram tidos em conta considerações como o enquadramento temporal e espacial. No que se refere à data, procurou-se abranger todo o período do conflito, de forma a contextualizar os acontecimentos com um princípio, meio e um fim. Procurou-se também delimitar geograficamente os acontecimentos, fazendo referência a África (Angola, Guiné,

---

<sup>50</sup> Ministério da Educação. *Programa de História A – Ensino Secundário*. Lisboa: ME – DES.

Moçambique). A utilização da terminologia *Ultramar* procurou fazer referência a aspectos de carácter político, ao mostrar a atitude tomada por Portugal. Quando pressionado pela ONU para abandonar as colónias, o governo português alterou a terminologia “terras coloniais” para “terras ultramarinas”, de forma a justificar o não cumprimento desta advertência.

Estas delimitações são também uma maneira de conseguir focar aspectos que de outra forma não poderia ser feito, devido à complexidade do conflito e à quantidade documental existente.

A tarefa seguinte consistiu em recolher o máximo de informação possível sobre o tema da Guerra do Ultramar e sobre exposições, com a finalidade de se obter um enquadramento teórico de base consistente. Para esse efeito foram lidas obras de autores de referência sobre o tema, tais como Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus<sup>51</sup>, Carlos de Matos Gomes e Aniceto Afonso<sup>52</sup> ou Luís Farinha e Renato Monteiro<sup>53</sup>, entre outros, que se encontram referidos na bibliografia deste trabalho.

Para um melhor enquadramento educacional, foi feita em simultâneo uma leitura aos manuais escolares e aos programas nacionais de ensino da disciplina de História dos 2º e 3º ciclos e do secundário. Com estas leituras, foi possível perceber quais os conteúdos abordados nas salas de aula relacionados com a Guerra do Ultramar, de forma a transporta-los para a sala de exposições através dos documentos. O resultado desta análise foi a tabela que se encontra no anexo 4 deste relatório.

Terminadas as leituras, e após pesquisa sobre a Guerra do Ultramar na sala de referência da Torre do Tombo, iniciou-se o contacto com a documentação existente no seu arquivo e cuja listagem de fundos é apresentada de seguida:

- Arquivo Salazar;

---

<sup>51</sup> MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro – *Angola 61. Guerra Colonial: Causas e consequências*. Portugal: Texto Editores, 2011.

<sup>52</sup> GOMES, Carlos de Matos ; AFONSO, Aniceto – *Os Anos da Guerra Colonial*. Lisboa: QuidNovi, 2009.

<sup>53</sup> MONTEIRO, Renato; FARINHA, Luís – *Guerra Colonial. Fotobiografia*. Lisboa: Círculo de Leitores/Publicações Dom Quixote, 1990.

- Policia Internacional de Defesa do Estado/Direcção de Segurança PIDE/DGS;
- Marcelo Caetano;
- Jornal “O Século”;
- FLAMA;
- Secretariado Nacional da Informação;
- Conselho da Revolução;
- Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros;
- Secretaria de Estado da Comunicação Social;
- Mocidade Portuguesa;
- Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM);
- Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola;
- Legião Portuguesa, Comando Geral (processo relativo ao assalto ao paquete *Santa Maria*).

Este contacto compreendeu o estudo da documentação, com a finalidade de obter documentos que corroborassem a informação recolhida nas leituras sobre a guerra do ultramar e que estivessem relacionados com os conteúdos do programa nacional de ensino, que se podem ver na tabela 1. “Los materiales que se muestren deberán ser elegidos pensando en la edad de los visitantes y en el contenido de los programas educativos”<sup>54</sup>.

Para além dos conteúdos leccionados nas aulas, foram tidos em consideração outros aspectos no processo de escolha da documentação, tais como as competências e as sugestões metodológicas constantes nos programas de História do ensino básico e secundário nacional. Competências como a noção de espaço e de tempo e metodologias como a observação de fotografias, postais, cartazes, gravuras e filmes, deram origem a um conjunto de documentação caracterizado pela sua variedade de tipologias documentais. Este passa pelos documentos manuscritos, impressos,

---

<sup>54</sup> BLANCO, Esther Cruces; CASADO, Ana Melero – Los archivos y los programas pedagógicos. ... p. 41.

fotográficos e audiovisuais e à presença na exposição de monitores interactivos com mapas das localidades dos conflitos e com as datas dos principais acontecimentos.

Importa salientar que os recursos audiovisuais não se encontram no arquivo da Torre do Tombo, mas sim no arquivo da RTP, cuja colaboração será de muita importância. Esta escolha de documentação teve como objectivo contextualizar e tornar a exposição mais dinâmica e interactiva, de forma a captar uma maior atenção por parte de quem a visita.

Outra forma utilizada para fomentar esta exposição é através da proposta de aplicação de material interactivo, que estará distribuído pela sala de exposição. Neste caso, os materiais são de duas tipologias diferentes. A primeira terá um número de três postos, apresentando de forma interactiva mapas de cenários de batalha e os respectivos acontecimentos mais relevantes. A segunda tipologia terá apenas um posto, no final da exposição, que consta de um questionário interactivo elaborado para avaliar os conhecimentos adquiridos durante a visita à mesma.

Uma única imagem pode mostrar o que mil palavras não conseguem. O mesmo acontece com os documentos audiovisuais ou sonoros. De facto, a utilização de material gráfico é uma excelente forma de contextualizar o documento e de poder chamar a atenção para detalhes que de outra forma poderiam passar despercebidos.

Assim, estando a escolha dos documentos efectuada, foi possível dividir os mesmos por núcleos (ver Ilustração 6 na página seguinte).

Esta constituição dos núcleos teve como base os pontos abordados nos manuais escolares do 2º ciclo, 3º ciclo (9º ano) e secundário (12º ano). No entanto, optou-se por criar alguns núcleos não abordados nas aulas, mas que têm por objectivo complementar os conhecimentos sobre o tema abordado e que podem incentivar os alunos a abordar aspectos não mencionados nas aulas. São exemplos os núcleos “o militar em tempo de guerra” e “acção psicológica”, onde se procura abordar o lado mais pessoal dos militares ou perceber de que forma o governo português convencia as populações da sua boa vontade, controlando as reacções adversas à guerra.

Esta divisão permite uma maior coerência na apresentação da documentação, fazendo com que esta tenha um princípio, meio e fim. Desta forma, evita a dispersão de assuntos, podendo mais facilmente contextualizar um documento.

Para uma melhor compreensão do conteúdo dos núcleos, é apresentada de seguida uma descrição dos mesmos:



**Ilustração 6 – Representação dos núcleos da exposição.**

**1961: o início de uma guerra** – Neste núcleo, procura-se mostrar, através da documentação, os acontecimentos mais importantes do ano de 1961. Acontecimentos como a captura do paquete *Santa Maria*, o ataque à cadeia de Luanda a 4 de Fevereiro, um ataque tribal que deu origem a um massacre de populações brancas e trabalhadores negros a 15 de Março, foram os factos que deram início à guerra. No

entanto, e de forma a contextualizar, são apresentados neste mesmo núcleo alguns documentos anteriores a este ano, que comprovam acções dos movimentos de libertação, de preparação para estes acontecimentos, e que o governo português já previa uma situação de conflito.

**Forças dos movimentos de libertação** – Aqui tenta-se mostrar documentação (fotografias, mapas com a localização de acampamentos, reproduções de bandeiras, exemplos de publicações realizadas por estes grupos, etc.) referente aos movimentos revolucionários como por exemplo a UPA, FNLA, FRELIMO, PAIGC, etc. Movimentos de oposição e resistência à presença das potências coloniais. Pretende-se mostrar também provas do apoio (moral, financeiro, militar) que países como os EUA, Rússia, o Vaticano, etc., davam a estes grupos independentistas.

**O militar em tempo de guerra** – Este núcleo tenta mostrar como era o dia-a-dia dos militares. Momentos como o acto de combater, de descansar, o da refeição ou o da leitura de cartas dos familiares. Uma tentativa de mostrar o lado mais pessoal da guerra.

**A acção psicológica** – A acção psicológica foi um recurso muito utilizado pelas partes envolvidas no conflito, tanto no território de combate como em Portugal continental. A construção de escolas e a provisão de assistência médica às populações nativas, ou a ajuda aos militares por parte do Movimento Nacional Feminino (MNF), eram algumas das metodologias empregadas para influenciar as populações e os militares, no sentido de refrearem as suas reacções perante as acções militares, que são neste núcleo representadas.

**Consequência de uma guerra** – A guerra teve as suas consequências. Para além do grande esforço financeiro exercido pelo governo português, a guerra teve outras consequências que tiveram grande impacto. O elevado número de mortos e mutilados, refugiados, os retornados, desemprego, são algumas das sequelas para as quais é apresentada documentação.

**O fim da guerra** – O ponto que marca o início do fim desta guerra e o início da descolonização é o 25 de Abril de 1974. Neste núcleo, é apresentada documentação

referente a este acontecimento, mas também referentes aos actos diplomáticos de independência de cada um dos territórios de Angola, Guiné e Moçambique.

**Documentário** – O documentário “Crónica do Século – As Guerras de África 1961-1975” do jornalista José Manuel Silva e com a produção de Ana Pitas, Alice Milheiro e Olga Toscano, encontra-se nos arquivos da RTP e tem a duração de aproximadamente 30 minutos. Foca alguns dos aspectos mais importantes da Guerra do Ultramar.

**Mapas interactivos** – Os mapas interactivos serão três. Cada um focará um território ultramarino (Angola, Moçambique, Guiné) e os seus principais acontecimentos, ordenados cronológica e geograficamente. Terão o objectivo de ajudar a fazer um enquadramento espacial e temporal, que poderia ser mais difícil de conseguir pelo simples visionamento da documentação exposta. Por uma questão de custos, poderão ser utilizados mapas já realizados<sup>55</sup>, mas para os quais terão que ser analisados os direitos de autor.

**Questionário interactivo** – Este questionário estará no final da exposição e terá uma função de avaliar os conhecimentos adquiridos ao longo de toda a exposição. Pretende também incentivar os visitantes a estarem mais atentos e a interiorizar informação adquirida.

Após estas tarefas concluídas, o passo seguinte consistiu na concepção da forma como a exposição seria apresentada ao público, pois “el objetivo primordial en el estudio de su disposición, es el de crear un circuito distraído, evitando la acumulación de documentos y los espacios reducidos que provoquen aglomeraciones”.<sup>56</sup>

Assim, teve de se ter em atenção diversos aspectos importantes, tais como o condicionalismo da planta da sala, devido ao facto de a sala de exposições da DGARQ apresentar uma estrutura expositiva fixa, ao tamanho e tipologia da documentação a

---

<sup>55</sup> Como referência podemos ver os exemplos de mapas interactivos do endereço: [http://www.guerracolonial.org/specific/guerra\\_colonial/uploaded/flash/mapa\\_africa.swf](http://www.guerracolonial.org/specific/guerra_colonial/uploaded/flash/mapa_africa.swf)

<sup>56</sup> BLANCO, Esther Cruces; CASADO, Ana Melero – Los archivos y los programas pedagógicos. ... p.42.

apresentar e à densidade do público previsto. Para uma previsão do número de visitantes foi tido como referência os dados fornecidos pelo GREC<sup>57</sup> que, apesar de relativos ao ano de 2007, são os únicos existentes.

“De su trazo, de su diseño, de la selección de documentos, de su puesta en escena, dependerá la imagen del pasado que vamos a proyectar”.<sup>58</sup> O objecto exposto e o seu contexto devem ser suficientes para transmitir a mensagem e a interpretação do mesmo e da exposição em si. Assim, foi elaborada um esboço do que poderia ser o desenho da exposição e que se pode ver no apêndice 5.

Depois de efectuados todos estes passos, estava-se em condições para fazer o guião desta exposição, que se encontra na sua totalidade em anexo. No entanto, será apresentado de seguida um núcleo desse guião, que servirá de exemplo e do qual se apresentará uma explicação para a escolha dos respectivos documentos.

Assim, tem-se o núcleo “Consequências de uma guerra” com os seguintes documentos:

- Visita do Ministro da Defesa Nacional e Exército no Ultramar. O General Sá Viana Rebelo visita o cemitério da Santana em Luanda. 8-1-1971.  
Secretaria do Estado da Informação e Turismo  
Nº55334
- Visita do Governador-geral de Angola ao distrito de Bié. O Eng.º Santos e Castro visita a Barragem do Cunje. 11-5-1973.  
Secretaria do Estado da Informação e Turismo  
Nº60734
- O Governador-geral de Angola, Eng.º Santos e Castro, visita os caminhos-de-ferro, em Nova Lisboa. 15-1-1973.  
Secretaria do Estado da Informação e Turismo  
Nº 60388

---

<sup>57</sup> Documento encontrado em anexo.

<sup>58</sup> CERDÁ DÍAZ, J. – Las exposiciones documentales: objetivos, conceptos, tendencias. ... p. 17.



- O Governador-geral de Angola, Eng.º Santos e Castro, visita o Instituto de Investigação Veterinária em Nova Lisboa. 15-1-1973.  
Secretaria do Estado da Informação e Turismo  
Nº 60392
- Visita do Presidente do Malawi a Moçambique. O Dr. Banda ouvindo explicações sobre o andamento dos trabalhos da barragem de Cabora Bassa. 25-9-1971.  
Secretaria do Estado da Informação e Turismo  
Nº 59419
- Visita do Ministro do Ultramar a Angola e Moçambique. O Dr. Baltazar Rebelo de Sousa visita as obras da barragem de Cambanebe, no Gove, distrito de Huambo. 7-12-1973  
Secretaria do Estado da Informação e Turismo  
Nº 53634
- Carta anónima manuscrita com pedido de ajuda aos regressados (retornados) das ex-colónias, para transferência dos bens que lá se encontravam.  
Conselho da Revolução – documentos apresentados ao C.R.  
Cx.2 Doc.94
- Inclui pedido de intervenção para atribuição do abono de subvenção de família, por seu marido estar mobilizado para o serviço militar.  
PT-SGPCM-MC/CP  
NT 11, proc. 398
- Inclui ofícios remessa, folhas de registo do movimento, cópias de cartas e cartas do requerente a expor a sua situação de pobreza por invalidez adquirida na tropa.  
PT-SGPCM-MC/CP, NT 11, proc. 426

Na escolha destes documentos, esteve presente a preocupação em expor alguns factos que comprovem algumas das consequências da guerra, verificadas em Portugal continental e nos territórios ultramarinos.

Uma das consequências foi o elevado número de mortes verificadas e que atingiram militares e civis, que se tenta representar nesta exposição com uma fotografia de uma visita oficial a um cemitério. Ainda nestes territórios, verificou-se, numa tentativa de marcar presença e de tentar reverter a opinião dos nativos, a construção de obras de grande envergadura, como por exemplo, barragens em Cunje (Angola), Cabora Bassa (Moçambique) e Cambanebe (Angola), a construção de caminhos-de-ferro, ou mesmo do instituto de investigação Veterinária em Nova Lisboa.

Quando se fala de consequências em Portugal continental, tem de se falar incontornavelmente dos regressados (“retornados”) que foram obrigados a voltar para o país de origem, deixando tudo para trás. Tem de se abordar o impacto que teve nas famílias a ausência dos seus familiares em serviço militar no ultramar, ou o seu regresso em estado de invalidez. Estas consequências são retratadas em cartas de familiares pedindo ajuda financeira, pois o pai de família encontra-se a cumprir o serviço militar ou porque o mesmo regressou inválido.

Desta forma, o guião serve de ferramenta, tendo como função ser fonte de informação sobre a orientação da exposição e sobre os documentos, mas também podendo tornar-se em mais do que apenas uma recordação atractiva. De facto, é um instrumento de divulgação e uma fonte de consulta para investigação.

Com esta proposta, procura-se ultrapassar a antiga imagem das exposições, em que estas tinham como único objectivo a exibição pública de um conjunto de documentos, de um modo exclusivamente informativo. Pretende-se, assim, chegar a exposições que procuram focar a formação e incentivam a participação do visitante. Neste sentido, a utilização das novas tecnologias tem um papel cada vez mais importante. De uma forma agradável e interactiva, leva-se os alunos a aprender, participando na própria exposição.

Como meio de comunicação, as possibilidades que as exposições oferecem, especialmente na actualidade com os avanços tecnológicos, são ilimitadas<sup>59</sup> e apenas circunscritas pela imaginação, pelas habilidades, prática ou pelas possibilidades materiais.

Desta forma, e com uma só exposição, pode-se atingir diferentes objectivos e finalidades, utilizando diferentes materiais interpretativos, audiovisuais, fotografias e documentos escritos. A exposição pode ser interessante para um grupo maior de visitantes, de diferentes idades, com diferentes níveis de conhecimento.

## **4. Processo de elaboração e exploração do Dossiê**

### **Pedagógico**

Depois de todas as tarefas relacionadas com a projecção da exposição, o passo seguinte, da segunda parte prática deste relatório de estágio, incidiu na elaboração do dossiê pedagógico. Como já explicado anteriormente, por condicionantes de tempo, esta tarefa foi realizada após a conclusão do estágio.

Para a realização desta tarefa, teve de existir um estudo prévio do programa nacional de ensino e das necessidades dos alunos nas salas de aula, mas também no seu estudo fora delas, porque é importante proporcionar momentos de aprendizagem em contextos mais alargados e diversificados do que o específico da tradicional sala de aula.

Estes dossiers têm o objectivo de serem manipulados principalmente por alunos e, porque “sometimes the best or most representative document from a historical viewpoint is not the best for teaching”<sup>60</sup>, terão que ser elaborados com a colaboração de quem mais sabe do assunto, os professores.

---

<sup>59</sup> BELCHER, Michael – Organización y diseño de exposiciones. ...

<sup>60</sup> OSBORNE, Ken – Archives in the Classroom. ... p. 35.

A colaboração de alguns professores de História da Escola Secundária de Felgueiras, que ajudaram na compreensão das exigências e necessidades pedagógicas desta ferramenta, foi fundamental. Nunca é demais referir a extrema importância da colaboração entre arquivistas e professores para o sucesso dos serviços educativos nos arquivos.

Após esta análise, verifica-se que o programa nacional de ensino de História procura construir “uma visão global e organizada de uma sociedade complexa, plural e em permanente mudança”<sup>61</sup>. A busca por uma construção do pensamento histórico foi a origem da determinação das competências específicas e gerais, que focam a importância de pesquisar, seleccionar e organizar informação para uma compreensão histórica através de uma contextualização temporal e espacial, de forma a comunicar adequadamente e estruturar o pensamento próprio.

Na procura do cumprimento destes objectivos, o programa apresenta algumas sugestões de actividades e estratégias consideradas relevantes, mas que o próprio programa admite “que sem serem necessariamente inovadoras, não são ainda suficientemente usadas por muitos professores e podem, nalguns casos, ser elas próprias um incentivo à inovação”<sup>62</sup>.

Com a elaboração deste dossiê, procura-se ajudar a colmatar esta necessidade de implementação de actividades e estratégias que envolvam a utilização de fontes documentais no estudo da disciplina de História.

Sabendo que, nestas três fases do ensino, os conteúdos leccionados referentes à Guerra do Ultramar são administrados tendo como base objectivos e competências distintas, de acordo com a idade dos alunos, tornou-se importante adaptar a elaboração deste dossiê a apenas um destes anos lectivos.

Assim, a realização do dossiê pedagógico, de exploração da exposição sobre a Guerra do Ultramar, destina-se aos alunos do 9.º ano do 3.º ciclo do Ensino Básico. Estes alunos abordam esta temática no tema “Do segundo pós-guerra aos anos

---

<sup>61</sup> *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais da História*, DEB.

<sup>62</sup> Ministério da Educação. *Programa História – Ensino Básico 3º ciclo*. Lisboa: ME - DGEBS.

oitenta” e no subtema “Portugal: do autoritarismo à democracia – A perpetuação do autoritarismo e a luta contra o regime e Portugal democrático”.

Com este dossiê pretende-se contribuir para o desenvolvimento das seguintes Competências Gerais do Ensino Básico:

- Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano;
- Usar correctamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio;
- Pesquisar, seleccionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável;
- Adoptar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões.

Também se pretende contribuir para o desenvolvimento das competências essenciais da disciplina de História, definidas no Currículo Nacional do Ensino Básico e que se apresentam de seguida:

## 1. TRATAMENTO DE INFORMAÇÃO/UTILIZAÇÃO DE FONTES

Utilização da metodologia específica da história: participar na selecção de informação adequada aos temas em estudo; distinguir fontes de informação histórica diversas: fontes primárias e secundárias, historiográficas e não historiográficas (ficção, propaganda...); interpretar documentos com mensagens diversificadas; formular hipóteses de interpretação de factos históricos; utilizar conceitos e generalizações na compreensão de situações históricas; realizar trabalhos simples de pesquisa, individualmente ou em grupo.

Inferência de conceitos históricos a partir da interpretação e análise cruzada de fontes com linguagens diversas (textos, imagens, mapas e plantas, tabelas cronológicas, gráficos e quadros).

## 2. COMPREENSÃO HISTÓRICA

### 2.1. Temporalidade

Identificar e caracterizar fases principais da evolução histórica e grandes momentos de ruptura.

Localizar no tempo eventos e processos, distingue ritmos de evolução em sociedades diferentes e no interior de uma mesma sociedade, estabelecendo relações entre passado e presente.

## 2.2. Espacialidade

Localizar no espaço, com recurso a formas diversas de representação espacial, diferentes aspectos das sociedades humanas em evolução e interação, nomeadamente, alargamento de áreas habitadas/fluxos demográficos, organização do espaço urbano e arquitectónico, áreas de intervenção económica, espaço de dominação política e militar, espaço de expansão cultural e linguística, fluxos/circuitos comerciais, organização do espaço rural, verificando como os desígnios dessas sociedades actuam sobre a organização do espaço e são fruto de condicionalismos físico-naturais.

## 2.3. Contextualização

Distinguir, numa dada realidade, os aspectos de ordem demográfica, económica, social, política e cultural e estabelece relações entre eles; interpreta o papel dos indivíduos e dos grupos na dinâmica social; reconhece a simultaneidade de diferentes valores e culturas e o carácter relativo dos valores culturais em diferentes espaços e tempos históricos; relaciona a história nacional com a história universal, abordando a especificidade do caso português; aplica os princípios básicos da metodologia específica da história.

Identificar factores pertinentes dos diferentes domínios das sociedades (aspectos sociais, económicos, técnicos, políticos, culturais, das mentalidades, etc.) e estabelece relações, conexões e inter-relações entre eles, explica as condições, integra no contexto e avalia de forma complexa as organizações sociais.

## 3. COMUNICAÇÃO EM HISTÓRIA

Utilizar diferentes formas de comunicação escrita adequada aos diferentes níveis etários, nomeadamente, a produção de biografias, diários, narrativas, resumos,

sínteses e relatórios, aplicando o vocabulário específico da História na descrição, relação e explicação dos diferentes aspectos das sociedades. O uso correcto da expressão escrita da língua portuguesa é fundamental nestas actividades.

Desenvolvimento da comunicação oral através da narração/descrição e participação em pequenos debates, colóquios, mesas-redondas, painéis, apresentações orais de trabalhos, ao nível da turma e da escola. O uso correcto da expressão oral da língua portuguesa e a emissão de opiniões fundamentadas é importante nestas actividades.

Enriquecimento da comunicação através da análise e produção de materiais iconográficos (gravuras, fotografias, videogramas) e ainda plantas/mapas, gráficos, tabelas, quadros, frisos cronológicos, organigramas, genealogias, esquemas, dominando os códigos que lhes são específicos.

Foi tendo em conta todos estes aspectos que foi criado o dossiê pedagógico com a seguinte estrutura:

- Título;
- Texto – contextualização histórica;
- Documento (s), sua identificação e estado de conservação;
- Transcrição do documento (se necessário);
- Actividades a realizar;
- Lista bibliográfica.

Esta estrutura vai permitir ter: uma área reservada à contextualização do documento; uma área para o documento, para as suas características e eventualmente traduções e transcrições; outra área para as actividades; e finalmente outra para algumas referências que podem ser bibliográficas e de outras fontes relacionadas com o tema em estudo.

No que se refere à selecção dos documentos a constar no dossiê, procurou-se fazer uma selecção dos materiais, orientada por considerações pedagógicas e educativas. Os documentos escolhidos estão entre aqueles que fizeram parte da exposição e que têm relação com o tema que consta nos manuais escolares. Foram

escolhidos sabendo que o dossiê será utilizado pelos alunos, de forma a estes conseguirem comentar, analisar e que seja uma forma de motivação para futuras abordagens às fontes históricas. Estes pressupostos vão ao encontro ao programa nacional de ensino e às necessidades de estudo dos alunos.

Assim, os documentos escolhidos foram: a declaração de Bartolomeu Júnior referente aos acontecimentos de 4 de Fevereiro, com o número 15 do guião da exposição; a carta anónima manuscrita com pedido de ajuda aos regressados (retornados) das ex-colónias para transferência dos bens que lá se encontravam, com o número 119 do guião.

Após a escolha dos documentos, era altura de preparar as actividades. Estas podem consistir em questões, propostas de debates ou outras actividades baseadas nas fontes e tendo em consideração os níveis lectivos a que se destinam. Elas devem permitir aos alunos uma contribuição pessoal ao assunto, tais como intuições, reacções e julgamentos interpretativos.

Assim, tem-se um dossiê que foi desenvolvido com o objectivo de ajudar a introduzir as fontes arquivísticas na sala de aula e no estudo dos alunos. Foi criado respeitando o programa nacional de ensino e as exigências pedagógicas. Foi tido em atenção que a cada idade e a cada nível educativo correspondem conhecimentos concretos, respostas e resultados determinados.

Para além deste dossiê poder ser utilizado como complemento à exposição, sendo distribuído no local aos visitantes, o mesmo foi concebido para ser utilizado também em formato digital e disponibilizado no site da instituição, acessível a todos aqueles que querem aprender e utilizar fontes arquivísticas no seu estudo. Podendo mesmo ser realizados dossiers com temas diversos e de múltiplas áreas do conhecimento.

Numa sociedade em que as pessoas estão constantemente a ser bombardeadas com informação, e onde a Internet tem um papel cada vez mais relevante, torna-se importante adoptar novos meios para fazer chegar a informação arquivística aos jovens. Uma instituição, neste caso arquivística, que queira marcar a sua presença na sociedade, tem de se adaptar a estas novas formas de distribuir informação.



#### **4.1. O dossiê colocado em prática**

Com o dossiê pedagógico terminado, tornou-se importante verificar a sua funcionalidade em contexto de sala de aula ou de estudo individual. Neste sentido, e recorrendo novamente à colaboração da Escola Secundária de Felgueiras, foi possível que os alunos e professores utilizassem esta ferramenta e manifestassem a sua opinião sobre a sua aplicabilidade.

Devido ao facto de o conteúdo referente à Guerra do Ultramar ser apenas leccionado no final do ano curricular, apenas foi possível aplicar o dossiê a um grupo limitado de alunos.

Após algumas entrevistas com professores e alunos que utilizaram o dossiê, foi possível recolher alguns pareceres. Assim, os professores são da opinião que o dossiê permite uma análise e interpretação exaustiva das fontes. Permite também a possibilidade de exploração de apenas um documento, em função dos alunos e da abordagem que o professor quer dar à questão. Consideram as fontes bastante pertinentes, uma vez que são registos na primeira pessoa e permitem aos alunos ter uma melhor noção da realidade, pois existem alguns alunos com familiares que estiveram nas ex-colónias e que de alguma forma já tiveram contacto com esta realidade.

Em relação aos alunos, apresentaram facilidade e interesse na exploração dos documentos, pelo facto de estarem relatados na primeira pessoa e por ser uma questão que de alguma forma lhes diz respeito. Mostraram especial interesse na ortografia e pela forma como o documento está redigido. O documento que lhes suscitou mais interesse foi o do interrogatório, porque os fez lembrar filmes policiais e fê-los perceber que estas situações aconteceram na vida real.

## Conclusão

Apesar da mudança de mentalidade e da crescente aceitação da população perante os arquivos, existe ainda um longo caminho a percorrer no sentido de os arquivos marcarem a sua presença na sociedade. Até muito recentemente, a forma comumente escolhida pelos arquivos portugueses para chegar ao exterior era através de exposições e de visitas guiadas. Mais recentemente, a Internet e as novas tecnologias tornaram-se numa forma de colmatar limitações de metodologias mais antigas e de procurar atingir novos e mais específicos públicos.

O público que de alguma forma recebe menos atenção por parte dos profissionais de arquivo é o público escolar, na medida em que apenas é abordado quando este se desloca ao arquivo por iniciativa própria. No entanto, é aquele em que os arquivos podem marcar mais a sua presença, quer a nível pedagógico, quer na tentativa de garantir uma geração futura mais atenta aos problemas arquivísticos. Para isso, basta não esquecer todos os alunos que ficam nas escolas e que por inúmeros motivos não se deslocam a uma instituição arquivística.

É numa tentativa de chegar a este público escolar que surge a pergunta de partida e que serve de base para este trabalho: Como podemos conceber uma exposição sobre a Guerra do Ultramar na DGARQ e valoriza-la num contexto educativo?

Na procura de uma resposta, foi utilizado o processo de investigação de Quivy e de Campenhoudt<sup>63</sup>, com algumas condicionantes relativas ao tempo estipulado para o estágio, que não permitiu o acompanhamento de todo o processo, mas também devido a condicionantes político-económicas, que tornavam a concretização do projecto uma incógnita.

Assim, tendo como base os serviços educativos da DGARQ e o apoio de exemplos de serviços educativos internacionais, foi realizado um projecto de exposição

---

<sup>63</sup> QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2003.

e um dossiê pedagógico que servia de ferramenta complementar a esta exposição. Este, quando disponibilizado no site dos serviços educativos da instituição, tornar-se-ia numa ferramenta pedagógica passível de ser utilizada numa sala de aula ou mesmo nos estudos individuais dos alunos.

Durante a elaboração do projecto da exposição, para além dos cuidados com aspectos inerentes a este tipo de eventos, foram tidos em consideração aspectos pedagógicos. A leitura do programa nacional de ensino, dos manuais escolares e a posterior escolha da documentação adequada às necessidades pedagógicas dos estudantes, foram aspectos tidos em consideração, que captam a atenção dos alunos e professores, mas que não deixam de parte todos os outros visitantes. A utilização da imagem, do som e, principalmente, das novas tecnologias, que permitem uma interacção e uma utilização dos diferentes sentidos humanos, fazem com que os visitantes assimilem mais informação e percebam que os arquivos não são meros edifícios onde se guarda e preserva documentos.

Para a elaboração do dossiê pedagógico, estiveram também presentes as preocupações com a adaptação ao programa nacional de ensino e às necessidades pedagógicas dos alunos, tanto na escolha dos documentos apresentados para estudo, como na elaboração das actividades.

Em todo este processo de difusão de documentos com fins educativos, a colaboração entre arquivistas e professores foi fundamental.

Assim, com o trabalho realizado, tentou-se mostrar que o que está a ser feito nas instituições arquivísticas não é o suficiente. Que os profissionais de arquivo podem ir mais além na aproximação de uma comunidade com os documentos, que são o testemunho da sua herança e cultura.

Pode-se dizer que este trabalho consistiu na procura de impulsionar o acesso e o uso da documentação arquivística por parte de um público escolar, pouco explorado em Portugal.

Ficou a perceber-se que é necessário transformar o potencial educativo dos arquivos em programas consistentes, que estejam relacionados com os programas

nacionais de ensino, para que exista uma ligação entre arquivos e escolas. Estes programas podem ser realizados a nível nacional e regional, onde este tipo de difusão vai permitir um maior conhecimento do que é um arquivo e um maior respeito pelo património documental. Através da difusão arquivística, verifica-se o desenrolar, de forma prática, do direito dos cidadãos em aceder à cultura e à sua formação.

Para isso, deve-se conceber todas as actividades educativas como programas e não como eventos esporádicos. A proposta aqui apresentada de um dossiê pedagógico pode ter este carácter permanente. Seguindo os exemplos de arquivos internacionais, podem ser criados diversos dossiers agrupados por anos curriculares, por temas ou por épocas, adaptados aos programas nacionais de ensino e que são disponibilizados no site da Internet da respectiva instituição. Disponíveis a qualquer pessoa.

A abertura dos arquivos para um novo público – o escolar em todos os seus níveis – e através de uma nova abordagem pode propiciar benefícios didácticos surpreendentes, mas também os propicia para a instituição arquivística.

Para que a nossa sociedade e os nossos profissionais reconheçam a importância dos arquivos, é necessário que as gerações presentes e futuras reconheçam o valor da utilização dos documentos como instrumentos educativos, pois continuam a ser muitas vezes conectados a papéis velhos e com pouca utilidade.

Torna-se importante que os arquivistas se debrucem sobre a implementação de serviços educativos e sobre a sua conceptualização. Desta forma, ao multiplicar as formas de acesso à informação arquivística, estar-se-á a multiplicar os potenciais utilizadores.

O que foi feito neste trabalho foi apenas uma forma de valorizar uma exposição num contexto educativo. Outras serão possíveis. O limite é a nossa imaginação.

## Bibliografia

- ALBERCH FUGUERAS, Ramón; BOADAS, Joan – La acción pedagógica: el servicio educativo. **La función cultural de los archivos**. [em linha] Departamento de Cultura, Gobierno Vasco, Ikerlanak III, (1991), p. 33-38. [Consult. 26-03-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://www.snae.org/pdf/ikerlanak3.pdf>>.
- ALBERCH I FUGUERAS, Ramón - Ampliación del uso social de los archivos. Estrategias y perspectivas. In *Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica* [em linha]. Rio de Janeiro, 2000. [Consulta 1 Outubro 2010]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.arquivonacional.gov.br/download/ramonfugueras.rtf>>.
- ALMEIDA, Silvana Regina Giglio - Deve-se manter um serviço educativo nos arquivos municipais? **Informativo Arquivo Histórico Municipal**. Ano 3, n. 14, (2007).
- APOM, 1967 - **Museus e Educação**: Actas. 1967.
- ARAÚJO, Helena Maria Marques – O sentido do ensino de História na escola. **Espaços educativos e ensino de História**. Boletim nº2 Abril, (2006), p.3-9. [Consult. 15 Março 2012]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=Espa%C3%A7os+educativos+e+ensino+de+Hist%C3%B3ria&source=web&cd=2&ved=0CCkQFjAB&url=http%3A%2F%2Ftvbrasil.org.br%2Ffotos%2Fsalto%2Fseries%2F18493502-EspacosEducativos.pdf&ei=RI9pT-TylciW0QXVvk5mSCQ&usg=AFQjCNFA0wpMAk\\_TptcuPpGo7ELqVgNqjA](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=Espa%C3%A7os+educativos+e+ensino+de+Hist%C3%B3ria&source=web&cd=2&ved=0CCkQFjAB&url=http%3A%2F%2Ftvbrasil.org.br%2Ffotos%2Fsalto%2Fseries%2F18493502-EspacosEducativos.pdf&ei=RI9pT-TylciW0QXVvk5mSCQ&usg=AFQjCNFA0wpMAk_TptcuPpGo7ELqVgNqjA)>
- BARROS, Fátima – O serviço educativo do Arquivo Regional da Madeira (ARM): relato de uma experiência como alavanca de outras.... **Cadernos BAD I** (2008), p.27-37.
- BELCHER, Michael – *Organización y diseño de exposiciones*. Espanha: Ediciones TREA, 1997.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli – Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. **Revista Ciências & Letras**. n. 27(2000), p. 151-166.
- BENXAYER, Morrad - *L'action éducative et culturelle des archives. Enquête sur les services éducatifs*. Paris: Direction des archives de France, 2004. [Consult. 1

Outubro 2010]. Disponível na Internet: <URL:  
<http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/static/720>>

BLANCO, Esther Cruces; CASADO, Ana Melero – Los archivos y los programas pedagógicos. ANABAD [em linha] Tomo 41, nº2, (1991), p.33-51. [Consult. 15-02-2011] Disponível na Internet: <URL:  
<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=224124>>.

CANAVARRO, Ana Rita, (et al.) - Serviços educativos na cultura: pontos de partida para uma reflexão. **Colecção Públicos**. [em linha]. Nº 2 (2007), p. 17-26. [Consult. 15-03-2011] Disponível na Internet: <URL:  
<http://www.setepes.pt/Portals/0/SetePesEdicoes/Colec%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblicos%20-%20Servi%C3%A7os%20Educativos.pdf>>.

CERDÁ DÍAZ, J. – Las exposiciones documentales: objetivos, conceptos, tendencias. In HERNÁNDEZ OLIVERA, Luís – **Exponer documentos: Diseño y producción de muestras documentales**. Salamanca: ACAL, 2010, p. 17-31.

CERDÁ DÍAZ, J. – Los espacios de la memoria. Claves para aprender desde el archivo. In GOMÉZ, J. A. (coord.) - **Estrategias y modelos para enseñar a usar la información, guía para docentes, bibliotecarios y archiveros**. Murcia: Ed. KR, 2000, p. 133-170.

CHEYNET, P-D – Les archives et l'animation culturelle. In FAVIER, Jean (dir) - **La pratique archivistique française**. Paris : Archives Nationales, 1993, p. 415-463.

CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 9 - **Bibliotecas e arquivos: informação para a cidadania, o desenvolvimento e a inovação: actas**. Lisboa: BAD, 2007. 1 disco óptico (CD-ROM). [Consult. 15-02-2011]. Disponível na Internet: <URL:  
<http://www.apbad.pt/Edicoes/EdicoesCongresso9.htm>>.

CONNERTON, Paul - *Como as sociedades recordam*. Lisboa: Celta ed. 1993.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Declaração Universal sobre os Arquivos*. [em linha]. [Consult. 8-08-2011]. Disponível na Internet: <URL:

<http://www.ica.org/6573/reference-documents/universal-declaration-on-archives.html>>.

COOK, S. A. – Connecting Archives and the Classroom. **Archivaria: the journal of the Association of Canadian Archivists**, vol. 44 (1997), p. 102-117. [Consult. 15 Janeiro 2012]. Disponível na internet <URL: <http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=connecting%20archives%20and%20the%20classroom&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CCQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fjournals.sfu.ca%2Farchivar%2Findex.php%2Farchivaria%2Farticle%2Fdownload%2F12198%2F13214&ei=PDZVT8SoJ9L58QPYuPjvBQ&usg=AFQjCNE2hjmXIHwu70Up2DUFiAK4z9GrKQ>>.

COUTURE, Carol - *Les Fonctions de l'archivistique contemporaine*. Presses de l'Université du Québec, 1999.

COUTURE, Carol – Pour une définition de la mission de l'archiviste dans la société. 2<sup>e</sup> **Symposium en archivistique. La mission de l'archiviste dans la société**. Gira: Universidad de Montreal, 1994, p.223-234.

CRUCES, E.; MELERO, A. – Los archivos y los programas pedagógicos. **Boletín de la ANABAD**, nº 56 (1991), p. 33-50.

CRUZ MUNDET, José Ramón – *Manual de Archivística*. Madrid: Fundación German Sánchez Ruipérez, 2001.

CRUZ MUNDET, José Ramón (dir.) – *Administración de documentos y archivos. Textos fundamentales*. [em linha]. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archivos, 2011. [Consult. 16-02-2012] Disponível na Internet: <URL: <http://www.archiveros.net/2011/12/13/301/>>.

*Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais da História*, DEB.

ERICSON, Timothy L. – Preoccupied with your Own Gardens: Outreach and Archivists. **Archivaria**. [em linha] nº31, (Winter 1990-1991), p.114-122. [Consult. 8-08-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewArticle/11724>>.

- ESPIRITO SANTO, Sílvia – *O rosto do Movimento Nacional Feminino*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008.
- FERNÁNDEZ CUESTA, Francisco - Archiblogs: el blog como nueva herramienta de difusión del archivo. **Jornadas Archivando**. [em linha] (Léon, 2008). [Consulta 1 Outubro 2010]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.slideshare.net/pacofernandez/jornadas-archivamos-presentation> >.
- FRANZ, Eckhart G. - *Archives and Education: a R A M P study with guidelines*. [em linha]. Paris: General Information Programme and UNISIST. [Consult. 20-05-2011]. Disponível na Internet: <URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000709/070930eo.pdf> >.
- FREEMAN FREIVOGEL, Elsie - Education Programs: Outreach as an Administrative Function. **Society of American Archivists**. [em linha] Vol. 41, No. 2 (April 1978), p. 147-153. [Consult. 8-08-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://www.istor.org/pss/40292081> >.
- FUGUERAS, Ramon Alberch (et al) – *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Espanha: TREA, 2001.
- FURTADO, José Maria – *Inquérito à Satisfação dos Clientes DGARQ 2009 – Relatório Final*. [em linha]. Portugal: DGARQ, 2010. [Consult. 27-10-2011] Disponível na Internet: <URL: [http://dgarq.gov.pt/files/2011/06/SSC\\_09\\_DGARQ\\_vr2.pdf](http://dgarq.gov.pt/files/2011/06/SSC_09_DGARQ_vr2.pdf) >.
- GOMES, Carlos de Matos ; AFONSO, Aniceto – *Os Anos da Guerra Colonial*. Lisboa: QuidNovi, 2009.
- GOMES, Rui Telmo; LOURENÇO, Vanda - *Democratização Cultural e Formação de Públicos - Inquérito aos 'Serviços Educativos' em Portugal*. [em linha]. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2009. [Consult. 7-08-2011]. Disponível na Internet: <URL: [http://www.oac.pt/pdfs/OBS\\_Pesquisas15\\_impressao.pdf](http://www.oac.pt/pdfs/OBS_Pesquisas15_impressao.pdf) >.
- GUERRA, João Paulo – *Memória das guerras coloniais*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.



- HEREDIA HERRERA, Antonia - *Archivística general: teoria y practica*. 5ª edição, actualizada y aumentada. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.
- HERNANDEZ OLIVERA, Luís (ed.) – *Exponer documentos: diseño y producción de muestras documentales*. Salamanca: ACAL, 2010.
- JORNADA TÉCNICA ANABAD, Toledo, (1997) - **La Función Cultural de los Archivos**. Toledo: Anabad, 1999.
- JORNADAS DE ARCHIVOS HISTÓRICOS EN GRANADA, Granada, 1995 - **Métodos de Información**. Granada: Facultad de Biblioteconomía y Documentación Universidad de Granada, 1999.
- L'action éducative et culturelle des Archives**. Colloque national de la direction des Archives de France. *Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des Archives ?*, 2007, La Documentation française.
- LUPORINI, Teresa Jussara - Educação patrimonial: projetos para a educação básica. **Revista Ciências & Letras**. n. 31 (2002), p. 325-338.
- MARTINEZ GARCIA, Luis – La difusión por la difusión. Algunas reflexiones personales en el campo de la difusión de los archivos. **Archivos, ciudadanos y cultura**. Toledo: Anabad Castilla-LaMancha, 1999, pp. 29-54.
- MATEUS, Dalila Cabrita - **A PIDE/DGS Na Guerra Colonial (1961/1974)**. [texto policopiado] Lisboa: ISCTE, 2003.
- MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro – *Angola 61. Guerra Colonial: Causas e consequências*. Portugal: Texto Editores, 2011.
- MILES, Roger; ZAVALA, Lauro - *Towards the Museum of the Future: New European Perspectives*. [em linha] Londres e Nova Iorque, Routledge, 1994. [Consult. 13-03-2011]. Disponível na Internet <URL: <http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=104158670>>.
- Ministério da Educação. *Programa de História A– Ensino Secundário*. Lisboa: ME – DES.
- Ministério da Educação. *Programa de História e Geografia de Portugal – Ensino Básico 2º ciclo*. Lisboa: ME –DGEBS.

Ministério da Educação. *Programa História – Ensino Básico 3º ciclo*. Lisboa: ME - DGEBS.

MONTEIRO, Renato; FARINHA, Luís – *Guerra Colonial. Fotobiografia*. Lisboa: Círculo de Leitores/Publicações Dom Quixote, 1990.

MORIGI, Valdir José; VEIGA, Alexandre – Esfera Pública Informacional: os arquivos na construção da cidadania. **Informação & Sociedade: Estudos**. [em linha] v.17, n.2 (Mai./Ago. 2007, p.31-39.[Consult. 17-04-2011] Disponível na Internet: <URL:<http://revista.ibict.br/pbcib/index.php/pbcib/article/view/766>>.

NP 405-1. 1994. Informação e Documentação - **Referências bibliográficas: documentos impressos**. Monte da Caparica. Instituto Português da Qualidade.

NP 405-2. 1998. Informação e Documentação – **Referências bibliográficas: materiais não livro**. Monte da Caparica: Instituto Português da Qualidade.

NP 405-3. 2000. Informação e Documentação – **Referências bibliográficas: documentos não publicados**. Caparica: Instituto Português da Qualidade.

NP 405-4. 2002, Informação e Documentação – **Referências bibliográficas: documentos electrónicos**. Caparica: Instituto Português da Qualidade.

OSBORNE, Ken – Archives in the Classroom. **Archivaria**. [em linha] nº23, (Winter 1986-87), p. 16-40. [Consult. 8-08-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/search/advancedResults>>.

PAOLI, Maria Célia – Memória, História e Cidadania: O direito ao Passado. In CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). - **O direito à memória: patrimônio cultural e cidadania**. [em linha] São Paulo: DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal da Cultura, 1992. [Consult. 2-04-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/04/memoria.pdf>>.

PINTO, António Costa – *O fim do império português*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

PIPON, Brigitte; LAUBIE, Xavier – *Module 12 - Valorisation des archives*. PIAF 2.0. Portail International Archivistique Francophone. Espace formation. [Consulta 1

Outubro 2010]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.piaf-archives.org/espace-formation/course/view.php?id=14>>.

PITCHER, Heather – **Archives in the classroom: reaching out to younger Canadians through archival documents.** [em linha] Canada: University of Manitoba/University of Winnipeg, 2005. (Tese de Mestrado) Disponível na Internet: <URL:<http://proquest.umi.com/pqdlink?Ver=1&Exp=07-07-2016&FMT=7&DID=1034628861&RQT=309&attempt=1&cfc=1>>.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 2003.

SCHELLENBERG, T. R. – *Modern Archives: Principles & techniques*. [em linha] Chicago: The Society of American Archivists, 2003. [Consult. 27-05-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://www2.archivists.org/sites/all/files/ModernArchives-Schellenberg.pdf>>.

SPRAGGS, Gillian - *Using Archives in Higher Education History Teaching*. Somerset: Society of Archivists, 2008. [Consult. 7-08-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://www.crlt.umich.edu/tstrategies/tsPDFs/Using%20Archives%20in%20Higher%20Education%20History%20Teaching.pdf>>.

TRIBÓ TRAVERIA, G.- *Enseñar a pensar historicamente. Los archivos y las fuentes documentales en la enseñanza de la Historia*, Barcelona, IRSE/ HORSORI, 2005.

VEIGA, Flavio Cavalcante - *Os Arquivos Históricos na Sala de Aula: Os Documentos no Processo Ensino – Aprendizagem*. [em linha] Departamento de História/UFAL.2009. [Consult. 2-04-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://dmd2.webfactional.com/media/anais/OS-ARQUIVOS-HISTORICOS-NA-SALA-DE-AULA--OS-DOCUMENTOS-NO-PROCESSO-ENSINO-APRENDIZAGEM.pdf>>.

VERY, Élisabeth – *Module 11. Communication des archives*. PIAF 2.0. Portail International Archivistique Francophone. Espace formation. [Consulta 1 Outubro 2010]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.piaf-archives.org/espace-formation/course/view.php?id=13> >.

WERNECK, Vera Rudge - Sobre o processo de construção do conhecimento: O papel do ensino e da pesquisa. [em linha] Rio de Janeiro, v.14, n.51 (2006), p. 173-196. [Consult. 2-04-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a03v1451.pdf> >.

XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Campina Grande, 2010 - **Integração Cultural Para a Juventude: O Arquivo Como Ferramenta De Acesso à Informação e Ação Educativa**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. [em linha] [Consult. 17-03-2011] Disponível na Internet: <URL: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-1452-1.pdf>>.

**XII Jornadas de Archivos Municipales**. Madrid: Dirección General del Patrimonio Cultural, Consejería de Educación y Cultura, Comunidad de Madrid-Ayuntamiento de Coslada, 1998, pp. 143-156.

### **Páginas Web**

**American Association of Museums**. [pagina web]. USA: AAM, (s.d.). [Consult. 7-08-2011]. Disponível na Internet: <URL: [www.aam-us.org](http://www.aam-us.org)>.

**Archives Nationales**. [página web]. France : Archives Nationales, (s.d.). [Consult. 17-06-2011]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.archivesnationales.culture.gouv.fr/chan/index.html>>.

**Associação 25 de Abril**. [página web]. Portugal: Associação 25 de Abril, (s.d.). [Consult. 9-08-2011]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.25abril.org/a25abril/>>.

**Culture24**. [pagina web]. UK: Culture24, (s.d.). [Consult. 7-08-2011]. Disponível na Internet: <URL: [www.24hourmuseum.org.uk](http://www.24hourmuseum.org.uk)>.

**Direcção-Geral de arquivos**. [pagina web]. Portugal: DGARQ, (s.d.). [Consult. 9-08-2011]. Disponível na Internet: <URL: <http://dgarq.gov.pt/>>.

**Group for Education in Museums.** [página web]. UK: GEM, (s.d.). [Consult. 7-08-2011]. Disponível na Internet: [www.gem.org.uk](http://www.gem.org.uk)>.

**Instituto dos Museus e da Conservação.** [página web]. Lisboa: IMC, act. 6 Ago. 2011. [Consult. 7-08-2011]. Disponível na Internet: <URL: [www.ipmuseus.pt](http://www.ipmuseus.pt)>.

Ministérios da Educação - **Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.** [página web]. Lisboa: DGIDC, (s.d.). [Consult. 7-08-2011]. Disponível na Internet: <URL: [www.dgidc.min-edu.pt/especial/](http://www.dgidc.min-edu.pt/especial/)>.

National Archives – **National Archives Experience.** [página web]. EUA : National Archives, (s.d.). [Consult. 14-06-2011]. Disponível na Internet: <URL: <http://docsteach.org/>>.

**Observatoire des Politiques Culturelles** [página web]. Grenoble : Observatoire des politiques culturelles, (s.d.). [Consult. 7-08-2011]. Disponível na Internet: <URL: [www.observatoire-culture.net](http://www.observatoire-culture.net)>.

**PORTAL INTERNACIONAL DE ARQUIVÍSTICA FRANCÓFONA** – [em linha]. 2011. [Consult. 8-08-2011]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.piaf-archives.org/espace-formation/course/view.php?id=13&topic=0#section-5>>.

**The National Archives.** [página web]. UK: The National Archives, (s.d.). [Consult. 19-07-2011]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.nationalarchives.gov.uk/education/>>.

University of Glasgow - **Centre for Cultural Policy Research.** [página web]. Glasgow: University of Glasgow, (s.d.). [Consult. 7-8.2011]. Disponível na Internet: <URL: [www.culturalpolicy.arts.gla.ac.uk](http://www.culturalpolicy.arts.gla.ac.uk)>.

## Lista de ilustrações

Ilustração 1 - Etapas do procedimento.....	4
<i>Ilustração 2</i> - Organograma da DGARQ. ....	11
Ilustração 3 – Esquema que representa as formas de actuação da função difusão. ....	18
<i>Ilustração 4</i> - Tipologias de exposições documentais.....	19
<i>Ilustração 5</i> - Objectivos de uma exposição documental. ....	22
<i>Ilustração 6</i> – Representação dos núcleos da exposição. ....	45

## **Apêndices**

## Apêndice 1

Informação fornecida pelo GREC referentes às exposições realizadas na DGARQ e ANTT nos anos de

<b>2010</b>	
<b>Calendarização</b>	<b>Exposição/Mostra documental</b>
Até 22 de Janeiro	<i>Registos do Céu: Astronomia em manuscritos da Torre do Tombo</i>
5 de Fevereiro a 27 de Março	<i>Relações entre Portugal e China séculos XVI a XX</i>
3 e 17 de Fevereiro	<i>Mostra documental Judaica, no âmbito de visitas de estrangeiros judaicos – acordo com a Study Journey</i>
31 de Março a 31 de Maio	<i>Exposição Virtual – Cada fio de vontade são dois braços... cada braço uma alavanca... (jornais manuscritos na prisão 1934-1945)</i>
13 de Abril a 31 de Maio	<i>Jean Lourent e Portugal: Fotografia do Século XIX</i>
17 Junho a 31 de Janeiro de 2011	<i>Oh! ... A República...! Um século de memórias</i>
24 de Setembro a 17 de Dezembro	<i>Exposição Virtual – Liber Testamentorum (com documentos originais), no âmbito das Jornadas Europeias do Património.</i>
20 de Dezembro a...	<i>O Edifício da Torre do Tombo faz 20 nos, no âmbito das comemorações dos 20 anos do edifício da Torre do Tombo.</i>
<b>2009</b>	
02 de Janeiro a 20 de Fevereiro	Os Arquivos no Diálogo Intercultural



12 de Março a 4 de Abril	Instituto do Desporto
21 de Abril a 12 de Junho	Lisboa, 1858
22 de Junho a 30 de Agosto	Exposição sobre Conventos/Mosteiro
8 de Setembro a 4 de Dezembro	Registos do Céu: Astronomia em manuscritos da Torre do Tombo
14 de Dezembro a ... 2010	Relações Portugal/China

2008			
Titulo da Exposição	Duração	Número de documentos	Número de visitantes
<b>António Menéres: Dos Anos do Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa</b> Exposição organizada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, o jornal "O Primeiro de Janeiro" e a DGARQ/ANTT – exposição itinerante	11 de Janeiro de 2008 a 22 de Fevereiro de 2008	70 documentos (fotografias)+1 DVD (RTP-programa dos anos 60 entrevista ao arquitecto)	
2007			
<i>1936, 70 Anos Depois: Tarrafal e Guerra Civil de Espanha</i>	27 de Outubro de 2006 a 31 de Janeiro de 2007	217 documentos (originai e reproduções) + 1 DVD (intitulado "As Grandes Batalhas de 1936"	720*

		produzido pela Triplínfinito para a exposição com base em imagens e som cedidos pelas instituições parceiras na organização).	*apenas contabilizado o mês de Janeiro de 2007
<i>Marques da Silva: O Aluno, o Professor, o Arquitecto</i>	14 de Fevereiro a 31 de Março	490 documentos	740
<i>Os Senhores de Xavier. A Linhagem de São Francisco Xavier</i>	13 de Abril a 31 de Maio de 2007	50 documentos	2090
<i>Tratados entre Portugal e os Países da União Europeia, séculos XIII a XXI</i>	25 de Setembro de 2007 a 31 de Dezembro de 2007	100 documentos	5086

## Apêndice 2

Tabela com informação referente aos arquivos municipais que possuem algum tipo de serviços culturais e educativos.

Arquivos municipais com serviços culturais e educativos									
Municípios	Serviços educativos	Dossiers pedagógicos	Actividades variadas	Jornal	Exposições	Visitas guiadas	Ateliês	Visitas às escolas	Seminários e colóquios
Almada					X				
Barcelos	X					X	X	X	
Barreiro	X		X	X					
Batalha						X			
Beja						X			
Bragança					X				X
Cascais					X				
Espinho	X								
Estarreja					X				
Évora	X		X		X				
Guimarães	X				X	X			X
Lisboa	X		X	X					
Loulé	X				X	X			X
Loures					X	X			X
Marinha Grande						X			
Melgaço	X				X	X			
Oliveira de	X					X			

<b>Azeméis</b>									
<b>Penafiel</b>			X						
<b>Pombal</b>			X						
<b>Ponte de Lima</b>	X				X	X			X
<b>Porto</b>	X				X	X			
<b>Reguengo de Monsaraz</b>					X				X
<b>Ribeira Grande</b>	X	Sim mas não se encontra disponível na internet			X				X
<b>Santarém</b>					X				
<b>Santiago do Cacém</b>			X		X				
<b>Sertão</b>					X				X
<b>Silves</b>	X					X			
<b>Sines</b>					X	X			
<b>Tavira</b>						X			
<b>Torres Vedras</b>	X		X		X	X			X
<b>Vale de Cambra</b>	X								
<b>Valença</b>					X	X			
<b>Valongo</b>	X								
<b>Vila de Rei</b>					X				
<b>Vila Viçosa</b>					X				
<b>36</b>	16	1	7	2	21	16	1	1	9

## Apêndice 3

Tabela com informação referente aos arquivos distritais e regionais que possuem serviços culturais e educativos.

Arquivos distritais com serviços culturais e educativos									
Distritos	Serviços educativos	Dossiers pedagógicos	Actividades variadas	Jornal	Exposições	Visitas guiadas	Ateliês	Visitas às escolas	Seminários e colóquios
Braga					X	X			
Coimbra					X	X			
Faro			X			X			
Portalegre					X	X			
Porto	X	Em preparação para professores e alunos			X	X			X
Vila Real						X			
6	1	1	1	0	4	6	0	0	1
Arquivos regionais com serviços culturais e educativos									
Arquivo Regional da Madeira	X	Caderno pedagógico relativo ao Funchal	X	X	X	X	X	Maleta pedagógica	X

## Apêndice 4

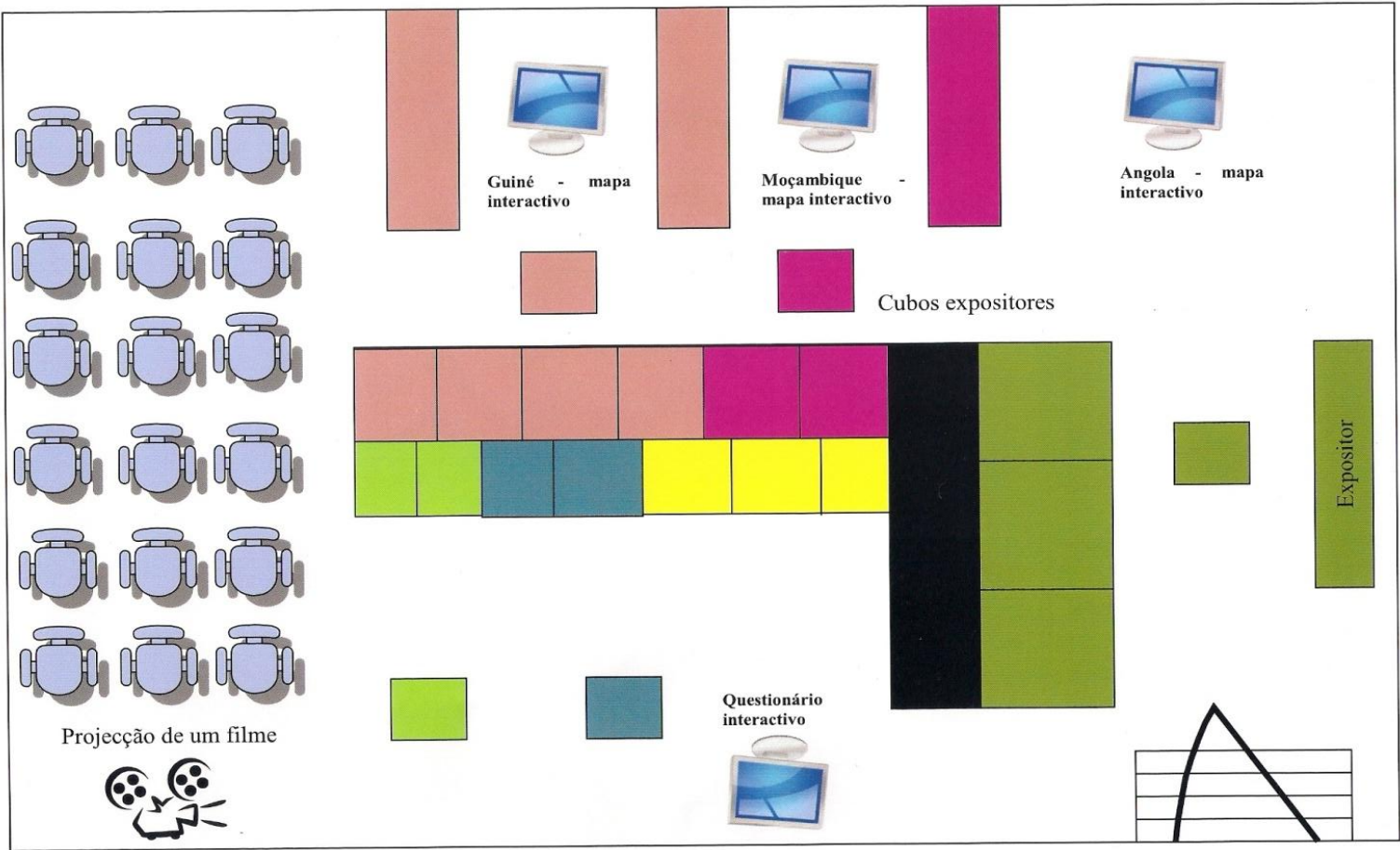
Tabela com os conteúdos abordados nas aulas de História relacionados com a Guerra do Ultramar

	Tema	Subtema	Tópicos
2º Ciclo	Portugal no Passado	- Os anos da ditadura. - O 25 de Abril e a construção da democracia.	- Guerra Colonial. - A independência das colónias (motivos).
3º Ciclo	Do Segundo Após-Guerra aos Anos Oitenta.	Portugal: Do Autoritarismo à Democracia.	- A perpetuação do autoritarismo e a luta contra o regime; - Portugal democrático.
12º ano	Portugal e o Mundo da Segunda Guerra Mundial ao Início da Década de 80 – opções internas e contexto internacional.	Portugal do autoritarismo à democracia.	Questão colonial.

Apêndice 5

Planta da sala de exposições.

Núcleos	
	1961: O início de uma guerra.
	Forças dos movimentos de libertação.
	O militar em cenário de guerra.
	Acção psicológica.
	Consequências de uma guerra.
	O fim da guerra.



## **Apêndice 6**

### **Guião da exposição**

#### **Núcleo 1 - 1961: início de uma guerra**

##### **Antecedentes**

1. Relatório de visita a África do Sul em que relata a situação de Angola e em que se faz uma previsão do que pode acontecer caso não se tomem medidas preventivas para conter os ânimos alterados dos nativos. Outubro de 1959.

AOS/CO/UL- 32E-P1 3ªsub. (9) fl. 541-552

2. Documento comprovativo de actividades e panfletos da UPA. 13 Julho de 1960.

AOS/CO/UL-32ª-P3 fl 165;166;167;168

3. Postais do MPLA contra o colonialismo português.

AOS/CO/UL-32E-P1 1 sub. 18ª

4. Documento comprovativo de que existia a informação de que os nativos planeavam algo.

AOS/CO/UL-32 A2-P4 (2ª sub) fl. 372

5. Panfleto distribuído por grupos de libertação com as normas a seguir na altura da “festa” (revoltas de 15 de Março).

AOS/CO/UL-32 A2-P4 (2ª sub) fl.379

6. Relatório informativo de ocorrência. 5 de Fevereiro 1961

AOS/CO/UL-32 A2 P23 fl. 193-195

7. Informação dos acontecimentos da revolta de 11 de Fevereiro de 1961.

AOS/CO/UL- 32ª, fl. 291



8. Apontamentos e opiniões sobre a situação de Angola e o que deveria ter sido feito para evitar o despoletar da revolta dos nativos, 1961.

AOS/CO/UL – 39, pasta 9, fl. 507-509; 520; 524

### **Assalto ao paquete “Santa Maria”**

9. Nota oficiosa sobre o assalto ao paquete Santa Maria. [4 de Fevereiro de 1961.]  
Dactilografado com anotações autografadas de António Oliveira Salazar, 8f.,

IAN/TT, AOS/CO/PC-2 E, Pt. 21, 1ª sd.

10. Divulgação em Moçambique da notícia do assalto ao paquete Santa Maria, onde refere a ligação do grupo Delgado-Galvão aos movimentos para a libertação de Angola e de Moçambique. 1-2-1961 f. 199

Arquivo Salazar, PC-77 cx. 593, subd. 56

11. Processo de informação do assalto ao paquete "Santa Maria" 1961-01-25/1969-01-09

163 fl., 51 fotografias; papel

Legião Portuguesa, Comando Geral, proc. 2656, NT 1590/2

PT/TT/LP-CG/B-A/5/00001

M0076 – fotografia do paquete

M0006 – Fotografia de Henrique Galvão

M0214 – Página de jornal com relato dos acontecimentos do assalto ao paquete Santa Maria

12. Junta Nacional Independente de Libertação: Comunicado interno: aos senhores passageiros e tripulantes. Comunicado (português, espanhol e inglês) assinado por Henrique Galvão, dirigido aos passageiros e tripulantes do Santa Maria, após a ocupação do navio. s.l., 26 de Janeiro de 1961. 1f.

Arquivo PIDE/DGS, NP 9121. ANTT.

13. Fotografias de tripulantes do paquete Santa Maria  
197;198; 199; 200-210; 293; 295; 302; 306; 319; 333, Album "O Século" 139-1961

#### **Revolta de 4 de Fevereiro**

14. Relatório dos acontecimentos de 4 de Fevereiro.  
Processo 697 SR, Conego Manuel das Neves, fls. 210-218.  
Arquivos da PIDE

15. Declaração de Bartolomeu Júnior referente aos acontecimentos de 4 de Fevereiro. Processo 311/61, Adão Neves Bendinha e outros. p. 151 v. Arquivos da PIDE

16. Depoimento de Luís José Bandeira e Manuel Jacinto André com a descrição dos objectivos da revolta de 4 de Fevereiro.  
Processo 311/61, Adão Neves Bendinha e outros fls. 379v e 416v. Arquivos da PIDE

17. Documento com a descrição das armas utilizadas no 4 de Fevereiro. Processo 311/61, Adão Neves Bendinha e outros. fl. 11, Arquivos da PIDE

18. Documento relatando a existência de reuniões preparatórias da revolta de 4 de Fevereiro. Processo 311/61, Adão Neves Bendinha e outros. 1º volume, fls. 202 e ss.  
Arquivos da PIDE

19. Documento em que são identificados membros da UPA no 4 de Fevereiro. Processo 666/61 – Agostinho Mendes de Carvalho. Arquivos da PIDE

20. Processo 311/61, Adão Neves Bendinha e outros; vol.2,  
fls. 269 e ss; 288; 303;377. Arquivos da PIDE

21. Fotografias de vítimas do motim. Luanda 4 de Fevereiro 1961.

Álbum o Século:

194am (morto);

195am (morto);

196am (ferido).

22. Fotografia de uma das vítimas do assalto à Casa de Reclusão, no Hospital Central de Luanda em 1961 – Angola. Revista FLAMA II, nº 105.

### **Ataques de 15 de Março**

23. Informação sobre a falta de meios dos militares. 15 de Março  
AOS/CO/UL- 40, fl.15

24. Radiotelegrama com informação da situação. 18 de Março 1961.  
AOS/CO/UL – 30D, P1, 4ª sub – fl.24

25. Telegrama de 18 de Março 1961.  
AOS/CO/UL – 30D, P1, 5ª sub. – fl. 26-29

26. Telegrama enviado ao ministro do Ultramar relatando as condições da população civil e militar. 30 de Março  
AOS/CO/UL – 39, pasta 8, fl.472

27. Carta de menina que relata a perda dos pais no massacre de 15 de Março.  
AOS/CO/UL – 57, fl.537 e ss.

28. Relatos dos acontecimentos de 15 de Março.  
AOS/CO/UL – 30D, fl.44

29. Informação com parágrafo que atribui ao MPLA o massacre de Março 1961.  
AOS/CO/UL – 50 – P2 – 53ªsub. fl. 504v

30. Informação da PIDE sobre o agravamento da situação. Abril de 1961  
AOS/CO/UL – 32 A2 – pasta 18 – fl.107
31. Informação sobre o regresso à metrópole de centenas de mulheres e crianças.  
AOS/CO/UL – 57, pasta 49, fl. 633
32. Carta de Antunes Varela a Oliveira Salazar com relatos de retaliação branca. 6-4-1961  
AOS/CP 273
33. Fotografia do Governador-geral Silva Tavares visita um ferido vítima das actividades terroristas em Luanda. 1961. Revista FLAMA II, Nº 104.
34. Fotografia do funeral das vítimas das primeiras actividades terroristas em 1961. Revista FLAMA II, nº 49.
35. Fotografias dos Refugiados de Angola (mulheres e crianças). 21-5-1961  
Jornal o Século, 936 am/937am
36. Fotografia que mostra o estado em que ficou um autocarro de passageiros, assaltado e destruído pelos terroristas, na estrada Negage/Bungo. Maio de 1961.  
Secretaria do Estado da Informação e Turismo, Nº 53842
37. Aspecto de uma fazenda agrícola do distrito de Uíge, com todas as suas instalações destruídas pelos terroristas.  
Nº53629, Secretaria do Estado da Informação e Turismo.
38. Estado em que ficou uma das casas comerciais do Perú, depois de assaltadas pelos terroristas. Maio de 1961. Nº 57196, Secretaria do Estado da Informação e Turismo.

39. Angola – Chegada de tropas a Luanda. Maio de 1961.  
Nº12339, Secretaria do Estado da Informação e Turismo.
40. Fotografia - São as significativas mensagens que os nossos soldados encontraram à sua chegada à capital de Angola. Maio de 1961.  
Nº 12506, Secretaria do Estado da Informação e Turismo.
41. Embarque de tropas para o Ultramar. 1961.  
Nº 35147 e 35146, Secretaria do Estado da Informação e Turismo.
42. Viagem do Sr. Ministro do Ultramar a Angola. O ministro aclamado por pretos e brancos com cartazes demonstrativos do seu apoio à política ultramarina, 1961.  
Nº 12906 e 12857, Secretaria do Estado da Informação e Turismo.
43. *Down with portuguese colonialism!* Postal ilustrado comemorativo da semana de solidariedade com o povo de Angola e outras colónias portuguesas que lutam pela independência, enviado a Salazar por um cidadão dinamarquês. s.l., Junho de 1961.  
Arquivo da PIDE/DGS, Acontecimentos em Angola, Pt.2. NP 7964. ANTT. (v.cat. nº433)
44. Carta de Maria Amélia Duarte para o Director do jornal “República”, Pedro Moutinho, comentando a situação em Angola e expressando uma opinião negativa sobre o programa “Fala Portugal”. Carcavelos, 15 de Junho de 1961. 1f.  
Arquivo da PIDE/DGS, Acontecimentos em Angola, Pt.2. NP 7964. ANTT.
45. *Povo de Lisboa*. Panfleto a favor da acção militar portuguesa em Angola e daqueles que nela participam e contra a atitude americana sobre o assunto. s.l., [1961]  
Arquivo da PIDE/DGS, Acontecimentos em Angola. NP 7964. ANTT.

46. Ofício nº 2609-GU do Director da PIDE para o Chefe de Gabinete do Ministro do Interior, informando que as fotografias reproduzidas no jornal “Vérité Liberté” sobre a actuação das tropas portuguesas em Angola, não são uma fotomontagem.  
Em anexo, o jornal “Vérité Liberté”, Lisboa, 19 de Maio de 1962. 1+12 f.  
Arquivo da PIDE/DGS, Acontecimentos em Angola, Pt.3. NP 7964. ANTT.

47. Discurso sobre o Ultramar Português e a ONU.  
[Lisboa], 30 de Junho de 1961.  
Minuta autografa de António Oliveira Salazar, 65 f.  
IAN/TT, AOS/CO/PC-15 A, Pt. 1, 1ª sd.

## **Núcleo 2 - Forças dos Movimentos de Libertação**

48. Informação sobre o apoio que os EUA estariam a dar aos revolucionários. 10-4-1962. AOS/CO/UL – 30D – P1 – 21ª sub. fl.113.

49. Informação sobre a constituição de grupos terroristas que incorporam indianos e alemães e com forças da ONU.  
AOS/CO/UL – 30D – P1 – 26ª sub., fl.172.

50. Informação com fotocópias de documentação apreendida que falam do apoio do Vaticano aos movimentos de libertação.  
AOS/CO/UL – 30D – P2 – 1ª sub., fl. 397-409.

51. Informação sobre o MPLA com fotografias anexas, 1964.  
AOS/CO/UL – 30D – P3 fl.489 –  
Fotografias (449; 491)

52. Publicações MPLA  
AOS/CO/UL – 30D – P3  
fl. 503 (Boletim 1964);

53. Publicações MPLA

AOS/CO/UL – 30D – P3

54. fl. 533 (1ª conferência nacional 1962); Documento e fotografia de campos de treino da UPA e do MPLA. 3-7-1963. AOS/CO/UL – 50 – P2 – 24ªsub. fl.339;340

55. Movimento ELNA.

AOS/CO/UL – 30 D – P4 – 5ª sub – fl. 628

Fotografias (641;646).

56. Relatório extraordinário nº 19/73-D. INF-2ª da Delegação de Angola, sobre a organização político-administrativa da F.N.L.A. – Frente Nacional de Libertação de Angola. Luanda, 23 de Julho de 1973. 37f.

Arquivo PIDE/DGS, in Processo SR nº 882/61. ANTT.

57. Fotografia de dois agentes da PIDE no Luso, depois de um golpe de mão a um acampamento da U.N.I.T.A., s.l., Fevereiro de 1967.

Arquivo da PIDE/DGS, Delegação de Angola, in Processo D.INF-1ª nº 16.10 A. ANTT.

58. Carta de membro da U.N.I.T.A.. s.l., s.d.

Arquivo. PIDE/DGS, Delegação de Angola, in Processo GAB nº 110.00.121.ANTT

59. Ofício nº 4245 do Director do Gabinete do Negócios Políticos do Ministério do Ultramar para o Governador Geral de Angola, informando que um individuo de nome “Savimbi Yonas”, que se afirma representante da U.P.A., se encontra em Lausanne. Lisboa, 12 de Julho de 1961.

Arquivo da PIDE/DGS, Delegação de Angola, in Processo D. INF-1ª nº10.01. ANTT

60. Mapa das zonas de acção dos Movimentos de Libertação em Angola. Luanda, Abril de 1970. 1f.

Arquivo PIDE/DGS, Documentação referente a Angola. NP 7942. ANTT.

61. Situação da Guiné, 28-3-1963

AOS/CO/UL – 50 – P2 – 7ª sub. – fl. 274

62. Acção terrorista na província da Guiné. 14-9-1963.

AOS/CO/UL – 50 – P2 – 41ª sub. fl.418

63. Fotografias (2) de Amilcar Lopes Cabral durante uma visita aos soldados do P.A.I.G.C.. s.l., s.d.

Arquivo PIDE/DGS, in Processo E/GT nº19. ANTT.

64. Relatório da situação de Moçambique no 1º trimestre de 1963.

AOS/CO/UL – 50 – P2 – 12ª sub. fl 293-301

65. Petição enviada pela FRELIMO à ONU. 28 de Maio de 1965.

AOS/CO/UL – 50ª – P2 – Actividades da FRELIMO

66. Fotografias (2) de reuniões ocorridas entre Eduardo Mondlane, Presidente da FRELIMO e Che Guevara. Anexas ao ofício secreto nº s.8/156 da Policia Sul Africana para o Director da Delegação de Angola. s.l., [1965].

Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, in Processo nº 10.01.02. ANTT.

67. Bandeiras de Partidos Políticos, ditos angolanos. U.P.A., P.D.A., M.D.I.A., M.P.L.A., F.N.L.A. e U.N.I.T.A.. Desenho. Luanda, [10 de Outubro de 1973]. 3f.

Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, in Processo D.INF-1ª nº11.17. B 71. ANTT.

### **Núcleo 3 - O militar em cenário de guerra**

68. Transporte de ferido. 3-11-1961

Revista FLAMA – Exercito I



Nº 125

69. Militares a ler cartas

Revista FLAMA – Exercito I

Nº33

70. Tratamento do correio pelo exército.

Revista FLAMA – Exercito I

Nº 46

71. Distribuição de correio pelas tropas.

Revista FLAMA II

Nº 25

72. 13079 – Angola – Soldado branco velando pelo descanso de duas crianças negras. 1961. Secretário do Estado da Informação e Turismo

73. Militar a brincar com bebé negro

Revista FLAMA II, Nº 69

74. Descanso dos militares no acampamento.

Revista FLAMA – Exercito I

Nº81

75. Corte de cabelo.

Revista FLAMA II

Nº72

76. Recebimento/controlo de mantimentos

Revista FLAMA II

Nº 5

77. Militares a receber a sua refeição

Revista FLAMA II

Nº 7

78. Manutenção do armamento.

Revista FLAMA – Exercito IV

Nº15

79. Assistência médica.

Revista FLAMA – Exercito I

Nº 83

80. Famílias condecoradas com a medalha pela morte de familiares na guerra.

Revista FLAMA – Exercito I

Nº 2

81. Enfermaria do Hospital de Bissau.

Revista FLAMA – Exercito IV

Nº21

82. Relato de ataque dos guerrilheiros do PAIGC ao quartel de Gadamael. Fala da falta de meios e do estado de espírito dos militares.

Arquivos da PIDE – Pastas por províncias ultramarinas, Guiné. cx.15, fls. 456;457.

83. Guiné – Um trabalho arriscado o levantamento de minas colocadas pelo inimigo que as nossas tropas detectam.

Revista FLAMA – Exercito IV

Nº41

84. Deslocação das tropas (minas)

Revista FLAMA II

Nº 66

85. Cena de combate.

Revista FLAMA – Exercito IV

Nº 23

86. Militares a comunicar (terra/ar).

Revista FLAMA – Exercito IV

Nº42

87. Militares que caminham no meio do fumo.

Revista FLAMA II

Nº 54

88. Pára-quedistas (homens e mulheres)

Revista FLAMA II

Nº 116

89. Distribuição de alimentos pelas crianças (acção psicológica??)

Revista FLAMA II

Nº 144

90. Exército em combate

Revista FLAMA II

Nº 2

91. Salto de pára-quedistas.

Revista FLAMA II.

Nº 143

92. Enfermeiras pára-quedistas – 8 enfermeiras em linha (não tem número)

93. 57192 – Trabalhos de reconstrução das vias de comunicação (ponte sobre o rio Lucunga) Secretário do Estado da Informação e Turismo

94. 18356 – “Ultramar português – operações militares das nossas tropas contra o terrorismo.” Secretário do Estado da Informação e Turismo

95. Tropas no Ultramar 1971 (3 tropas com arma).

Secretário do Estado da Informação e Turismo

Nº 28564

96. Tropas no ultramar 1971

Secretário do Estado da Informação e Turismo.

Nº 28566

97. Flechas de Silva Porto 11-3-1973

Secretário do Estado da Informação e Turismo

25801

98. Jornal o Século (153-1963)

2322-AO;

2323-AO;

2324-AO – Três aspectos da partida de um contingente a bordo do paquete “Vera Cruz” para o Ultramar. (Despedida de casal; formação militar; o adeus)

99. Lista dos membros dos flechas da DGS

Arquivo da PIDE.

Processo 14.41 A/3 NT2060

Fl. 119

100. Notícia do jornal sobre trabalho dos flechas da DGS

Arquivo da PIDE.

Processo 14.41 A/3 NT2060

fl. 66

#### **Núcleo 4 - Acção psicológica**

101. Acta de reunião onde são enumeradas algumas medidas de acção psicológica.

PIDE – Delegação de Angola.

Processo 13.43 A – Acção psicológica.

fl. 14

102. Acta de reunião com acções psicológicas.

PIDE – Delegação de Angola

Processo 13.43 A – Acção psicológica.

fl. 18

103. Documento descritivo do ambiente político social.

PIDE – Delegação de Angola

Processo 14.09 A – NP 2035

fl. 102-105 . Fevereiro 1974

104. Campanha de inspiração patriótica.

Fotografias nº 8 e 9 – Mambué distrito de Bié.

Processo 17.08 A – NT 2192

PIDE – Delegação de Angola

105. Campanha de inspiração patriótica.

Fotografia nº 20 – Postos administrativos

Processo 17.08 A – NT 2192 – PIDE – Delegação de Angola

106. Colaboração dos portugueses naturais de Angola. Informação sobre elementos que se oferecem para efectuar acção psicológica aos nativos e que recebem um valor monetário em troca.

PIDE – Delegação de Angola

Processo 15.37.A/5

fl. 53-61

107. Assistência médica dos militares aos nativos.

Revista FLAMA

Nº 95

108. Apresentação de nativos nos limites dos postos Sede e Bungo. Maio de 1961 (mostra assistência médica).

Secretaria do Estado da Informação e Turismo

Nº 57188 – Negage

109. Em muitas aldeias reconstruídas foram edificadas escolas onde os militares ensinam a ler e a escrever. Maio de 1961.

Secretaria do Estado da Informação e Turismo

Nº 57194

110. Comemorações do 10 de Junho 1971.

Revista FLAMA, nº 97

111. Familiares de militares aguardando a distribuição da ceia de Natal promovida pelo MNF na FIL, Natal de 1963.

(Serviço de Arquivo de Lisboa/DGARQ/CPF/MC/SEC/AG/01-154/2660AO.)

112. Equipamento desportivo e musical reunido pelo MNF, destinado aos soldados que se encontravam em serviço de vigilância da Guiné e Cabo Verde.

(Serviço de Arquivo de Lisboa/DGARQ/CPF/MC/SEC/AG/01-159/2060AP.)

## **Núcleo 5 – Consequências de uma guerra**

113. Visita do Ministro da Defesa Nacional e Exército no Ultramar. O General Sá Viana Rebelo visita o cemitério da Santana em Luanda. 8-1-1971.

Secretaria do Estado da Informação e Turismo

Nº55334

114. Visita do Governador-geral de Angola ao distrito de Bié. O Eng. Santos e Castro visita a Barragem do Cunje. 11-5-1973.

Secretaria do Estado da Informação e Turismo

Nº60734

115. O Governador-geral de Angola, Engº Santos e Castro visita os caminhos-de-ferro, em Nova Lisboa. 15-1-1973.

Secretaria do Estado da Informação e Turismo

Nº 60388

116. O Governador-geral de Angola, Engº Santos e Castro visita o Instituto de Investigação Veterinária em Nova Lisboa. 15-1-1973.

Secretaria do Estado da Informação e Turismo

Nº 60392

117. Visita do Presidente do Malawi a Moçambique. O Dr. Banda ouvindo explicações sobre o andamento dos trabalhos da barragem de Cabora Bassa. 25-9-1971.

Secretaria do Estado da Informação e Turismo

Nº 59419

118. Visita do Ministro do Ultramar a Angola e Moçambique. O Dr. Baltazar Rebelo de Sousa visita as obras da barragem de Cambanebe, no Gove, distrito de Huambo. 7-12-1973

Secretaria do Estado da Informação e Turismo

Nº 53634

119. Carta anónima manuscrita com pedido de ajuda aos regressados (retornados) das ex-colónias para transferência dos bens que lá se encontravam.

Conselho da Revolução – documentos apresentados ao C.R.

Cx.2

Doc.94

120. Inclui pedido de intervenção para atribuição do abono de subvenção de família, por seu marido estar mobilizado para o serviço militar.

PT-SGPCM-MC/CP

NT 11, proc. 398

121. Inclui ofícios remessa, folhas de registo do movimento, cópias de cartas e cartas do requerente a expor a sua situação de pobreza por invalidez adquirida na tropa.

PT-SGPCM-MC/CP, NT 11, proc. 426

### **Núcleo 6 - O fim da guerra**

122. Viagem presidencial a São Tomé e Príncipe. S. Tomé – O Chefe de Estado regressa a Lisboa para vir assistir ao funeral de Presidente Salazar. 29-7-1970.

Secretaria Nacional da Informação e Turismo

Nº ? - 379

Fotografia: B. Ferreira

Observações: 1490

123. O 25 de Abril de 1974. Instantâneo do Movimento Militar obtido em Lisboa

Secretaria de Estado da Comunicação Social

Nº 27284

124. O 25 de Abril de 1974. Largo do Carmo.



Secretariado de Estado da Comunicação Social

Nº 52728

125. Soldados portugueses com bandeiras brancas após o 25 de Abril. Junho de 1974. Guiné-Bissau.

Nº 36118

126. Fotografia que mostra o habito da ida da população aos médicos militares mesmo depois do fim dos conflitos. Guiné-Bissau, Agosto de 1974, nº 40.(Guiné-Bissau, FLAMA)

127. Fotografia da partida das famílias dos militares portugueses no aeroporto de Bissau. 6-9-1974, nº41. (Guiné-Bissau, FLAMA)

128. Uma fotografia de Amílcar Cabral fundador do P.A.I.G.C, colada numa parede de Bissau. 16-8-1974. (Guiné-Bissau, FLAMA). Nº 38

129. A tomada de posse do governo de transição de Angola. Encontram-se presentes o General Silva Cardoso e o Ministro Almeida Santos. 7-2-1975. Angola-vários2 (Independência de Angola). Fotografia nº 18

130. Relatório do Major Alfredo Moura de 21 de Janeiro de 1975 sobre a situação em África.

Núcleo do Conselho da Revolução, “Documentos apresentados ao C.R.”, cx.1, Processo 26 de Janeiro de 1976, doc. nº9.

### **Núcleo 7 - Documentário**

131. Documentário “Crónica do Século – Parte 1: As Guerras de África 1961-1975”

Produção: Ana Pitas; Alice Milheiro; Olga Toscano

Ano: 2000

Arquivo da RTP

Aproximadamente 30 minutos

### **Mapas interactivos**

Estes mapas interactivos estão presentes na exposição em número de três, correspondendo aos três cenários da Guerra do Ultramar (Angola, Moçambique, Guiné). O seu objectivo é apresentar os acontecimentos principais de forma cronológica e geograficamente.

### **Questionário interactivo**

Este questionário encontrar-se-á no final da exposição. Terá como objectivo avaliar os conhecimentos adquiridos na exposição.

## Apêndice 7



## Guerra do Ultramar

Este recurso foi produzido usando os documentos que constaram na exposição “Ultramar 1961-1974.

Retrato de uma guerra em África” realizada pela Direcção Geral de Arquivos. Pode ser

## CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA:

A partir da década de 50 do século XX houve um conjunto de transformações a nível mundial, uma delas foi a independência das colónias do continente africano.

A partir daquela altura os movimentos de libertação nacional começaram a espalhar-se por toda a África com o apoio das superpotências mundiais que procuravam alargar a sua área de influência.

A maior parte dos países colonizadores europeus, como a Bélgica, França e Inglaterra, reconheceram a independência das suas colónias, de forma mais ou menos pacífica, mas tentando sempre manter influência sobre os novos países.

Portugal foi o único país europeu a não aceitar a desagregação do seu império, tendo de suportar as prolongadas guerras coloniais entre 1961-1974.

Em 1955, quando Portugal se tornou membro da ONU, foi-lhe solicitado que reconhecesse a autonomia das suas colónias. Portugal recusou-se fazê-lo, alterando o seu estatuto, passando a designá-las por províncias ultramarinas em vez de colónias, e aos habitantes cidadãos portugueses em vez de indígenas.

Como esta posição não foi aceite internacionalmente, a Assembleia Geral da ONU aprovou uma série de resoluções para pressionar Portugal a descolonizar, tendo este ignorado, pura e simplesmente, as posições daquela instituição.

Esta intransigência de Salazar levou a vários conflitos nas colónias, a partir de 1961. Primeiro na Índia, com a União Indiana a atacar as colónias de Goa, Damão e Diu, e a conseguir a sua anexação, depois nas colónias africanas de Angola, Guiné e Moçambique.

Em Angola os conflitos contra a presença portuguesa começaram em 1961, sobretudo em Luanda e no Norte do país, tendo-se destacado vários partidos: MPLA, liderado por Agostinho Neto; UPA, liderado por Holden Roberto, e UNITA, liderado por Jonas Savimbi.

Na Guiné os conflitos tiveram início em 1963 liderados pelo PAIGC com Amílcar Cabral.

Em Moçambique, as lutas tiveram início em 1964, encabeçadas pela FRELIMO, liderada por Eduardo Mondlane e depois por Samora Machel.

Tanto uns países como outros recebiam apoio de vários países, sobretudo Estados Unidos da América, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e China.

Perante este cenário, Salazar optou por uma defesa intransigente das suas colónias, abrindo uma guerra em três frentes, e começou uma guerra colonial que se prolongaria até 1974.


O impacto, em termos humanos, foi catastrófico uma vez que participaram no conflito cerca de 800.000 soldados portugueses, tendo perdido a vida cerca de 9.000 pessoas e ficado feridas mais de 15.000.

Só em Julho de 1974, depois da Revolução de 25 de Abril, o novo Presidente da República, António de Spínola, reconheceu o direito à autodeterminação e à independência das colónias. A descolonização foi preparada com negociações entre os representantes dos movimentos de libertação, tendo a Guiné ganho a sua independência em 1974 e no ano seguinte Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola. Apenas Timor e Macau continuaram dependentes de Portugal.

Com a independência das colónias milhares de portugueses regressaram devido ao receio em relação ao novo estatuto. Cerca de 8000.000 portugueses foram integrados em Portugal, tantos quantos os militares envolvidos no conflito.

O documento 1 é um interrogatório promovido pela PIDE junto de um angolano, funcionário da Associação Industrial de Angola, a propósito da sua possível participação em dois motins verificados em Fevereiro de 1961, num dos quais

3/2 212  
150

  
S. R.

POLÍCIA INTERNACIONAL  
E DE DEFESA DO ESTADO  
DELEGAÇÃO EM ANGOLA

*Sabino*  
*Buquiasa*  
*Young*

-----AUTO DE PERGUNTAS-----

Aos dezasseis dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Luanda e Secretaria do Pavilhão Prisional da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, onde se encontra o Excelentíssimo Inspector, Filipe Gualberto dos Reis Teixeira, com o Chefe-de-Brigada, Senhor Joaquim Piçarra Sabino, comigo, Joaquim Maria de Oliveira, agente servindo de escrivão, todos da mesma Polícia, compareceu o nacional de raça negra, BARTOLOMEU CRISTÓVÃO JÚNIOR, solteiro, contínuo da Associação Industrial de Angola, de vinte e nove anos de idade, provável, natural da povoação de Calomboloca, concelho de Icolo e Bengo, filho de Bartolomeu Cristóvão Fortunato e de Domingas João e residente no Muceque do Cemitério Novo, próximo do comerciante João, desta cidade.

PERGUNTADO, se mais alguma vez esteve preso, quando e porquê, se foi julgado e condenado, a tudo respondeu negativamente.

A MATÉRIA DOS AUTOS e interrogado no sentido de explicar qual a sua interferência nos motins verificados na madrugada do dia quatro e na noite do dia dez, ambos do corrente mês, o primeiro dos quais culminou com a morte de alguns agentes da autoridade, que, no cumprimento do seu dever procuravam evitar a alteração da ordem públi-



ca, respondeu:—Que, está na disposição de explicar tudo o que conhece acerca dos motins referidos e, assim, afirma que apenas se pode reportar aos factos ocorridos na noite de tres para quatro do corrente mês, por ignorar por completo tudo quanto posteriormente se passou relativamente ao assunto em questão. Afirma, pois, por ser verdade, que, em dia que não pode indicar com precisão, mas sabe ter sido nos fins de Dezembro do ano findo, um seu amigo de nome **NEVES BENDINHA**, que então residia no Muceque Maianga e presentemente anda a monte, fugido à acção da Polícia, conversando com o respondente expôs-lhe as suas ideias políticas, através das quais exprimiu o desejo de lutar pela independência de Angola, certamente para auscultar a sua opinião quanto a esse assunto. Até, por uma questão de solidariedade, o respondente concordou com as ideias expostas pelo referido seu amigo, observando-lhe, no entanto, que o assunto pela sua complexidade, deveria ser estudado e tratado por indivíduos competentes e não por qualquer. Decorridos uns dias, o mesmo **NEVES BENDINHA** e outro indivíduo de nome **RAUL DEIÃO**, residente numa cubata no Muceque Rangel, abordaram o respondente e convidaram-no a ir assistir a uma reunião que ia realizar-se, segundo eles diziam, com vista a estudarem e a definirem diversos assuntos relacionados com a prática do futebol. O respondente, nada desconfiou do pretexto invo-





Estado por aqueles dois indivíduos para a realização da citada reunião, porquanto ambos se dedicam ao futebol e por isso, era plausível o assunto por eles invocado. Assim, depois de ter acedido em tomar parte na referida reunião foi por eles informado de que a mesma se realizaria nesse mesmo dia, em casa do RAUL DEIÃO, pelas dezassete e quarenta e cinco minutos. De facto, à hora indicada, após ter terminado o seu serviço diário, o respondente, dirigiu-se à casa daquele RAUL DEIÃO e quando lá chegou, verificou que no quintal já se encontravam outros indivíduos que aguardavam o início da tal reunião e outros ainda, no quintal duma casa situada próximo da daquele RAUL. Como ignorasse que a concentração seria feita em duas casas, o respondente em determinada altura perguntou ao RAUL se os indivíduos que permaneciam na casa do lado também ali estavam para tratarem do mesmo assunto, tendo por ele sido informado que sim e que eles haviam sido mandados concentrarem-se naquela casa que pertencia a um tal VIRGÍLIO para que estranhos não suspeitassem de nada. Por cerca das dezoito horas, os indivíduos que estavam concentrados em casa do VIRGÍLIO, vieram juntar-se aos que esperavam na casa do RAUL DEIÃO, onde já se encontrava o respondente e ali se levou a cabo a já referida reunião, com a presença de todos, cujo número o respondente não pode precisar, mas que andava



à volta de vinte pessoas. Iniciada a reunião, usaram da palavra, pela ordem a seguir indicada, o NEVES BEN-DINHA, o RAUL DEIÃO e, por último, o VIRGÍLIO, tendo todos referido que estavam ali reunidos " para tratar da libertação de Angola", por considerarem que o povo Angolano estava à altura de se governar a si próprio. Para conseguirem a independência, frizaram, era necessário que todos os nativos conjugassem os seus esforços, pois o auxílio de outras potências que últimamente tinham conseguido a independência não lhes faltaria e por isso tencionavam por em prática um plano de assaltos que tinha por finalidade mostrar ao Governo da Nação o desejo de independência do povo Angolano e obrigá-lo assim, a reconhecer esse desejo. Que, nessa reunião não foram referidos os locais a assaltar e o respondente procurando inteirar-se convenientemente dos meios de que dispunham para a execução do plano, quis saber de que armas dispunham os assaltantes, tendo-lhe sido dito que eles iriam armados, de pistolas, facas e catanas. Reconhecendo a inferioridade de armas, por prever que os defensores da ordem usariam outras mais aprefeiçoadas e eficazes, o respondente opôs-se à ideia ali apresentada e fundamentou a sua oposição na inevitável derrota dos assaltantes e na perda de vidas que sem dúvida iria verificar-se,



F. 244  
153

sem qualquer resultado positivo. Porém, esta posição não foi bem aceite pelos três indivíduos anteriormente referidos que teimaram em levar a cabo os assaltos, sabendo mesmo, de antemão, que alguns iriam pagar com a vida os desejos que alimentavam. Não pode referir com exactidão os nomes de todos os indivíduos que se encontravam presentes na reunião a que vem referindo, por alguns deles não serem seus conhecidos, podendo no entanto, afirmar que além do VÍRGILIO, do RAUL DEIÃO e do NEVES BENDINHA, estava lá um indivíduo que falava estrangeiro, juntamente com mais dois que não chegou a saber quem eram e ainda os seguintes:- Um de nome AGOSTINHO, cuja profissão e local de residência ignora; um outro de nome JOÃO, residente no Muçequê Rangel; um tal MARGOS DOMINGOS, contínuo da União Nacional; um outro chamado GERVÁSIO, empregado numa casa de artigos eléctricos que se situa junto da sapataria "MODELO", desta cidade, e um outro ainda de nome ANDRADE, pedreiro, residente na estrada da Brigada. Ignora qual era a posição de cada um daqueles indivíduos, em relação aos assaltos então planeados, parecendo-lhe contudo, pelo que ouviu na reunião referida que tais assaltos eram determinados e chefiados por alguém estranho à reunião e que eles, RAUL DEIÃO e ANDRADE eram os chefes intermediários. Que, o ANDRADE tinha as funções de chefe de "grupo" e estava



em contacto directo com o RAUL DEIÃO para o recrutamento de gente a tomar parte nos assaltos, sobretudo de indivíduos da sanzala de Mazozo-Catete, que conhece bem por ser dali natural. Precisando melhor, afirma agora que o NEVES BENDINHA não esteve presente à reunião a que se vem referindo, mas recorda-se de ter lido o nome dele numa relação que foi feita pelo RAUL DEIÃO, da qual constavam os nomes de todos os indivíduos que haviam acordado em tomar parte nos assaltos, sendo certo que aquele NEVES BENDINHA estava indicado nessa relação como sendo um dos principais dirigentes do grupo dos assaltantes. Que, se bem se recorda, a reunião a que vem aludindo teve lugar na terça-feira que antecedeu ao dia dos primeiros assaltos e, no dia imediato, ou seja, na quarta-feira, o respondente procurou o RAUL DEIÃO na casa deste e perguntou-lhe se afinal, ele e os seus amigos continuavam na disposição de levar por diante os assaltos e, consequentemente o sacrificio de muitas vidas, dada a inferioridade de armas em que iam para a luta. Que, em resposta aquele indivíduo disse-lhe que sim, que não recuavam e que não contava com a colaboração do respondente, dado o receio que manifestava. Afirma ainda por ser verdade, que no decorrer da reunião, o RAUL que na altura estava acompanhado dum indivíduo estrangeiro, que não era nem mais nem menos do que um feiticeiro, dis-





153  
Salvo  
Domingos  
10/11/53

tribuiu por todos os presentes um líquido que parecia água, o qual, segundo disse, se destinava a encorajá-los para a luta que iam travar com as autoridades. Que, dessa água que era contida num garrafão, foi distribuída por um cálice a cada um dos presentes. Que, dada a sua discordância com a forma de actuação daqueles indivíduos e ainda por lhe ter soado que por detrás de todo aquilo haviam pessoas a mandar e que não apareciam, o respondente, voluntariamente não quis tomar parte activa em quaisquer dos assaltos por eles levados a efeito e nem mesmo em nenhuma outra reunião e só depois veio a ter conhecimento directo desses assaltos, após os mesmos terem sido praticados, sendo certo que a sua opinião relativamente a eles era acertada, porquanto, se perderam vidas e os mesmos resultaram infrutíferos.-----

Que, posteriormente aos assaltos, o respondente ouviu dizer que um tal DOMINGOS MANUEL, era o chefe-geral dos grupos de raça negra e era ele que mantinha ligações com os indivíduos de nacionalidade estrangeira que diziam estarem interessados no assunto, constando-lhe também que foi através de tais pessoas que ele conseguiu adquirir as poucas armas que dispunham. Esclarece que também chegou ao seu conhecimento que o " quimbadeiro" ou seja, o feiticeiro, era de nacionalidade congoleza, desconhecendo todavia qual era o seu verdadeiro nome.-----



E sendo convidado a esclarecer a proveniência e a carta que lhe foi apreendida no momento da sua captura, datada de "Luanda, 6-1-961" e assinado por "ZACARIAS", que neste momento lhe é presente, respondeu:—Que, essa carta foi escrita por um indivíduo de nome ZACARIAS ANTÔNIO AMARO, alfaiate, que actualmente se encontra a residir no Ambrizete e é membro da Missão Evangélica daquela Vila. O citado ZACARIAS, remeteu aquela carta a um tio dele, juntamente com outra que lhe endereçou, utilizando o mesmo subscrito, sabendo apenas o respondente que aquele tio do ZACARIAS é já idoso e tem uma oficina de alfaiataria na Beco dos Mercadores, desta cidade. Que, foi aquele tio do ZACARIAS quem entregou ao respondente a carta em questão e lhe pediu para a dar ao NEVES BENDINHA, o que o respondente não chegou a fazer por não ter voltado a ver este indivíduo depois que entrou na posse da carta em questão.-----

E mais não respondeu. Lidas as suas respostas, as achou conformes, ratifica e vai assinar.-----

*Particular do Sr. Neves Bendinha*

E para constar se lavrou o presente auto que se encerra e vai ser assinado pelo Excelentíssimo Inspector, pelo Senhor Chefe-de-Brigada e por mim, escrivão que o dactilograftei e revi.-----

*Ilmo. Sr. Chefe de Brigada*

*Joaquim Carralho*  
*Joaquim Sousa de Oliveira*



*Fl. 224*  
*154*

1. Localiza no tempo e no espaço o acontecimento relatado no texto.
2. Indica os acontecimentos que justificam o interrogatório.
3. Indica qual era o objectivo da reunião com o inquirido.
4. Indica a justificação apresentada para a realização desse objectivo.
5. Explica a forma como pensavam alcançar esse objectivo.
6. Indica o resultado final previsto pelo inquirido para a intervenção e a justificação usada pelo mesmo.
7. Indica se o inquirido também participou no acontecimento. Transcreve excertos do texto que comprovem a tua afirmação.
8. Indica se nos acontecimentos descritos participavam apenas nacionais ou também estrangeiros. Comprova a tua afirmação com excertos do texto.



Documento 2 é uma carta de um retornado endereçada à Junta de Salvação Nacional. Nela descreve as dificuldades sentidas à chegada a Moçambique, no início do conflito e no retorno ao país. Também aponta sugestões para a resolução do seu problema no retorno.

Transf. 94  
Moçambique  
Lisboa 22-11-1974

Exmos. Senhores.  
Junta de Salvação Nacional

~~Salvei as pessoas que chegaram de Moçambique~~  
~~Partimos a vinte anos daqui para Moçam-~~  
~~bique em procura de uma vida melhor~~  
~~para nós e nossas filhinhas.~~  
~~Os chegados passamos trabalhos que nunca~~  
~~aqui tínhamos passados. Para nós estabelecer-~~  
~~mos, com um pequeno comércio, foi preciso~~  
~~os nossos pais, pedirem aqui dinheiro emprestado~~  
~~e a fizesse, o qual nós mandáramos para lá, mais~~  
~~tarde pagamos esse dinheiro.~~  
~~Estabelecemos-nos no Mato no distrito de Tete.~~  
~~Trabalhamos incansavelmente, noite e dia, para~~  
~~poder, com o tempo, pagar juros de dinheiro, lábas~~  
~~que assomavam sobre mercadorias, e tantas outras~~  
~~coisas.~~  
~~Com a guerra passamos a viver num clima~~  
~~de tensão e instabilidade, tínhamos medo de ser~~  
~~mortos, como aconteceu a tantas outras pessoas~~  
~~estávamos a ter os nossos filhos com medo, pois~~  
~~estavam a pensar que uma noite os ter-~~  
~~riam nos viessem buscar, era horrível a situa-~~  
~~ção em que vivíamos, mas aqui não tínhamos~~  
~~nada, e por isso iam vivendo ali.~~  
~~Um dia o Estado obrigou-nos a deixar as nossas~~  
~~casas, e a fugir dali, perdemos tudo quanto~~  
~~tínhamos, pouco dinheiro, alguns bens, com~~  
~~algumas roupas e nada mais.~~  
~~O dinheiro que tínhamos ganho, também lá~~  
~~ficou, pois não nos autorizaram a trazê-lo.~~  
~~Como não tínhamos casa para viver, compramos,~~



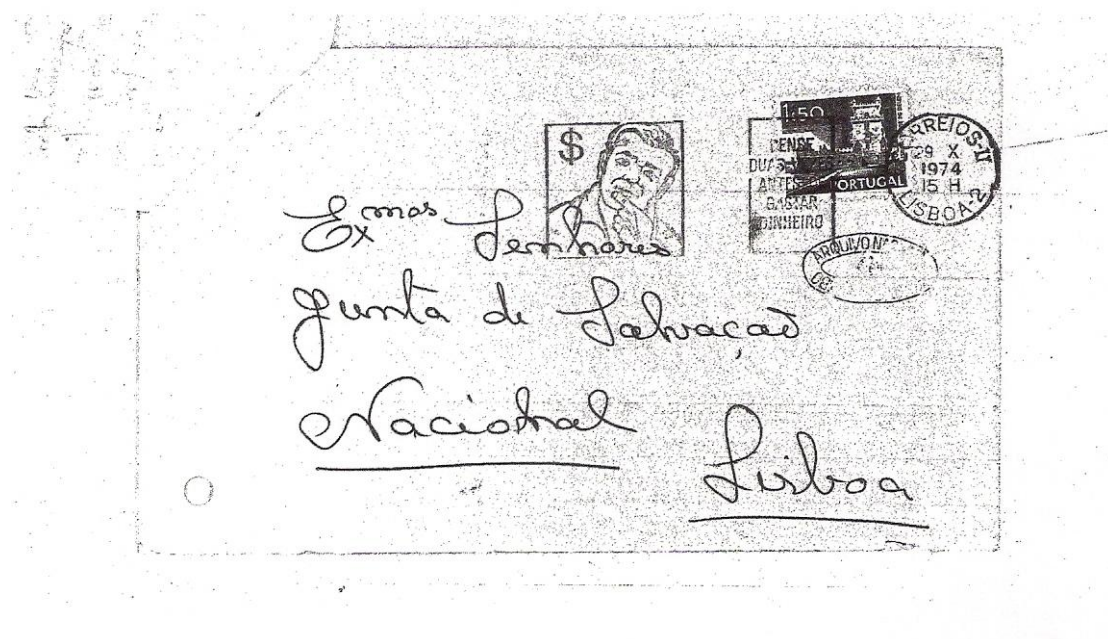
um andar sobre uma apólice à Caixa Geral de depósitos, mas na intenção de pagar-mos a apólice com dinheiro de Moçambique, o qual representa o nosso trabalho, e sacrifício durante vinte anos.

Agora encontramos-nos na desgraça, de não termos dinheiro para o nosso sustento, e de nossas filhas, e ainda em vias de ficar-mos sem a casa para viver-mos, pois está a chegar o prazo de pagar-mos as juras, e a primeira prestação, e não pudermos pagá-la pois não temos dinheiro. Estamos, com quasi sessenta anos de idade como vamos poder trabalhar, se estamos cansados e doentes?

Doenças provocadas de tantos sofrimentos naquelas terras de Moçambique, onde tantas vezes nos deitamos, pensando que talvez era aquela noite em que iam-se ser mortos, e outras em que eu estava sozinha, e o meu marido na estrada, onde tantos perigos havia!

Aqui fazemos um apelo a Vossas Exas que façam um acordo com a Caixa Geral de depósitos para que aceitem cheques sobre Moçambique às pessoas que tiverem as casas hipotecadas, pois a uma tristeza ficar-mos sem casa para viver não só nós, mas tantas pessoas que estão em iguais circunstâncias. E que o Governo provisório de Moçambique autorize o dinheiro das pessoas que lá vivem, a vir para cá, para assim aqui poder-mos viver, pois é triste depois de tantos anos de trabalho andar-mos aqui como pedintes sem ter-mos nada. Não me arreio pois não vale a pena. Sou uma pobre pessoa chegada de Moçambique que espera protecção da Junta de Salvação Nacional





1. Justifica a emigração de portugueses para as colónias.
2. Descreve como era a vida destes emigrantes quando chegavam ao destino.
3. Descreve como era a vida destes emigrantes depois de começado o conflito colonial. Existe alguma diferença entre os dois períodos? Justifica.
4. Descreve como era a vida destes retornados no início.
5. Indica qual é a solução apontada pelo autor do texto para a solução dos seus problemas.
6. A carta apresentada expressa contentamento ou descontentamento? Justifica a tua resposta.
7. Avalia o impacto da descolonização na vida das pessoas retornadas.

Neste grupo são propostos alguns trabalhos de grupo. Deve ter-se em atenção a organização dos alunos em grupos de 3 ou 4, agrupados por área de residência para facilitar a realização do mesmo. A apresentação do resultado final na aula e respectiva exposição na sala é obrigatória tendo em vista um melhor empenho por parte dos alunos na realização da tarefa.

A partir de uma planta da localidade onde resides, faz o levantamento de todas as ruas, praças, avenidas, ou outros, com nomes de países, cidades ou personalidades ligadas às ex-colónias ou ao processo de descolonização. Pesquisa informação na internet sobre esses locais e personalidades. Depois expõe o trabalho à turma e constrói um mural na sala de aula com toda a informação recolhida.

## 2. Trabalho de grupo: “Testemunhos da guerra colonial”

Fala com os teus pais e avós e pergunta se participaram na guerra colonial. Em caso afirmativo e usando os teus conhecimentos e a informação recolhida nos documentos deste dossiê elabora uma lista de perguntas a colocar aos ex-combatentes. Depois apresenta o trabalho aos teus colegas na sala de aula.

## 3. Trabalho de grupo: “Testemunhos do retorno”

Faz uma lista de pessoas que conheças que tenha vivido nas ex-colónias e entretanto tenha regressado. Depois faz uma lista de perguntas a colocar. Usa os teus conhecimentos sobre o assunto e baseia-te nestes e noutros documentos. Compara as informações recolhidas com as do documento 1 e verifica se o percurso realizado, com dificuldades e facilidades, é semelhante ou diferente. Depois apresenta o resultado à turma.

Para aprofundar o estudo relacionado com a Guerra do Ultramar pode-se consultar também a seguinte documentação do Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

- Arquivo Salazar;
- Policia Internacional de Defesa do Estado/Direcção de Segurança PIDE/DGS;
- Marcelo Caetano;
- Jornal “O Século”;
- FLAMA;
- Secretariado Nacional da Informação;
- Conselho da Revolução;
- Secretaria-geral da Presidência do Conselho de Ministros;
- Secretaria de Estado da Comunicação Social;
- Mocidade Portuguesa;
- Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM);
- Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola;
- Legião Portuguesa, Comando Geral (processo relativo ao assalto ao paquete *Santa Maria*).

### **Bibliografia complementar**

GOMES, Carlos de Matos ; AFONSO, Aniceto – *Os Anos da Guerra Colonial*. Lisboa: QuidNovi, 2009.

GUERRA, João Paulo – *Memória das guerras coloniais*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro – *Angola 61. Guerra Colonial: Causas e consequências*. Portugal: Texto Editores, 2011.

MONTEIRO, Renato; FARINHA, Luís – *Guerra Colonial. Fotobiografia*. Lisboa: Círculo de Leitores/Publicações Dom Quixote, 1990.